



CERSUL

PAC 2021

Sumário

| | |
|---|----|
| 1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 3 |
| 2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS | 37 |
| 2.1 – Balanço Patrimonial | 37 |
| 2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício..... | 39 |
| 2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido..... | 40 |
| 2.4 – Demonstrações do Fluxo de Caixa | 41 |
| 2.5 – Notas Explicativas | 42 |
| 3 – RELATÓRIO DOS AUDITORES E PARECER DO CONSELHO FISCAL | 57 |
| 3.1 – Relatório dos auditores | 57 |
| 3.2 – Parecer Conselho Fiscal..... | 59 |
| 4 – RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS | 60 |
| 5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS... | 68 |
| 5.1 – Balanço Patrimonial | 68 |
| 5.2 – Demonstração do Resultado do Exercício..... | 69 |
| 5.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido..... | 70 |
| 5.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa..... | 71 |
| 5.5 – Notas Explicativas | 72 |
| 5.6 – Relatório Auditor Independente | 90 |

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação

Missão

Distribuir energia elétrica de qualidade e com segurança energética para o desenvolvimento e bem-estar dos associados.

Visão

Ser referência na distribuição de energia elétrica com eficiência empresarial, responsabilidade social e ambiental.

Valores

Comprometimento, ética, respeito, integração, segurança, excelência na gestão e transparência.

Senhoras e Senhores Cooperados

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades no exercício de 2020, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Patrimonial, os quais consideraram importantes para divulgar o desempenho da Cersul - Cooperativa de Distribuição de Energia para a sociedade, parceiros e cooperados.

Faz saber, ainda, que a documentação relativa às contas aqui demonstradas encontram-se à disposição dos interessados e se coloca desde já, disponível para prestar os esclarecimentos que se julgarem necessário.

Mensagem do Presidente

Manter a qualidade de distribuição, quantidade, preço justo, atendimento ágil e eficaz é um dos grandes desafios de nossa cooperativa de energia. Para manter esse propósito, o planejamento de ações e a união do tripé: Administração, Associados e Colaboradores, é extremamente relevante.

A Cersul tem como prioridade continuar investindo em tecnologia e em pessoas, melhorando os processos. Afinal, há 60 anos, o desafio era chegar em todos os lares com energia elétrica e hoje estamos em todas as comunidades de nossa área de atuação, nosso desafio é continuar levando qualidade para todos e contribuindo com a qualidade de vida.

A nossa equipe está à disposição 24 horas por dia nos 365 dias do ano, sempre pronta para atender os chamados dos associados. Nossos colaboradores se comprometem com atenção e dedicação, sendo nossa grande força e diferencial, pois essa empatia por cada associado, cada lar, comércio e indústria faz com que os nossos serviços sejam entregues com qualidade, em cada problema que surge, sejam por condições climáticas ou técnicas, nossa equipe procura solução de forma imediata e ágil.

A cooperação nos torna cada vez mais forte, fazendo com que todos tenham vontade e orgulho em pertencer ao sistema da Cersul, estamos sempre motivados a desempenhar o nosso melhor para atender a todos com compromisso e respeito.

A Cersul chegou até aqui graças a cooperação de diversas pessoas, que construíram e tornaram possível sermos uma cooperativa reconhecida pela qualidade de distribuição de energia. É olhando sempre para o sonho das pessoas, das famílias, das comunidades, que a Cersul quer seguir em frente, com muita energia e cooperação. A energia é indispensável para nossa vida.

Jonnei Zanette

Presidente do Conselho Administrativo

1 Perfil Institucional

A Cersul é uma sociedade cooperativa, entidade sem fins lucrativos que atua no mercado de energia elétrica desde 1961 e tem presença consolidada entre as melhores cooperativas de infraestrutura do Estado em virtude da qualidade dos serviços que presta a seus associados.

No âmbito da distribuição de energia elétrica, tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam atender aos mais de 18,9 mil associados e demais consumidores de energia, pertencentes a onze municípios da região Sul do Estado de Santa Catarina. Dentre esses municípios, cinco a permissão é exclusiva e nos outros seis municípios, a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza.

Para o funcionamento do sistema e atendimento aos onze municípios citados, a Cersul se utiliza de duas Subestações, sendo uma própria, localizada no município de Turvo e outra da Celesc no município de Maracajá.

2 Ligação de Consumidores

No ano de 2021, foram realizadas 472 novas ligações o que representou um aumento 19,49% em relação ao ano anterior. Estas ligações estão divididas por classe de consumo e serão apresentadas a seguir:

| Ligação de Consumidores | | | | | |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Classe | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 |
| Residencial | 176 | 155 | 111 | 233 | 243 |
| Industrial | 169 | 101 | 101 | 81 | 70 |
| Comercial | 65 | 63 | 87 | 59 | 66 |
| Rural | 54 | 66 | 58 | 80 | 81 |
| Poderes Públicos | 5 | 7 | 6 | 7 | 4 |
| Iluminação Pública | 3 | - | 2 | - | 31 |
| Serviço Público | - | 3 | - | 1 | 2 |
| Consumo Próprio | - | - | - | - | - |
| Total | 472 | 395 | 365 | 461 | 497 |
| Variação | 19,49% | 8,22% | (20,82%) | (7,24%) | (6,05%) |

Enfatizamos que na classe industrial abrange também as ligações feitas para as construções civis e após o término destas, as mesmas são reclassificadas para sua devida classe consumidora.

3 Mercado de energia elétrica

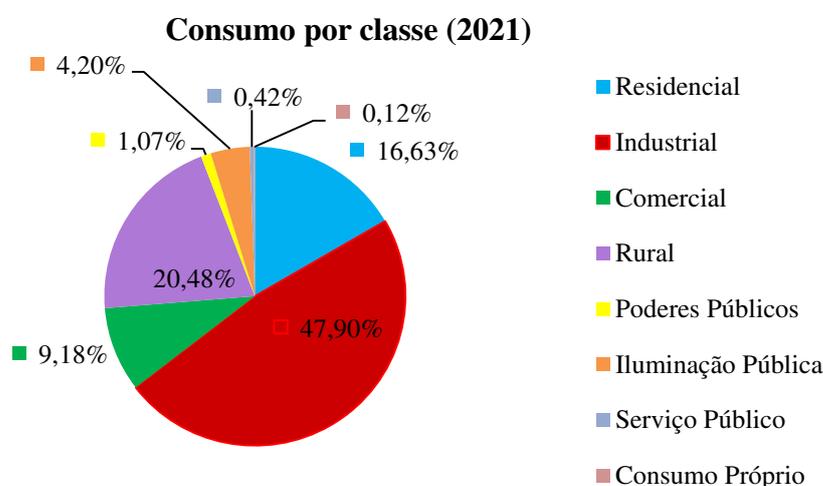
O faturamento de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa no ano de 2021 foi de 142.282,42 MWh, tendo apresentado um aumento de 3,44% em relação a 2020.

As classes que mais consumiram energia elétrica no ano foram a industrial e rural, utilizando 68.157,88 e 29.146,02 MWh respectivamente.

A seguir, são apresentados resultados sobre os valores faturados de energia e sua variação no período.

| Consumo de Energia (MWh) | | | | | |
|---------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Classe | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 |
| Residencial | 23.656 | 23.022 | 21.800 | 20.521 | 20.067 |
| Industrial | 68.157 | 63.622 | 62.464 | 63.862 | 71.000 |
| Comercial | 13.060 | 11.686 | 11.701 | 11.634 | 11.433 |
| Rural | 29.146 | 30.553 | 29.144 | 28.695 | 30.017 |
| Poderes Públicos | 1.517 | 1.258 | 1.829 | 1.761 | 1.661 |
| Iluminação Pública | 5.979 | 6.522 | 6.271 | 6.100 | 5.970 |
| Serviço Público | 600 | 716 | 498 | 409 | 345 |
| Consumo Próprio | 168 | 168 | 177 | 215 | 187 |
| Total | 142.283 | 137.547 | 133.884 | 133.197 | 140.680 |
| Variação | 3,44% | 2,74% | 0,52% | (5,32%) | (1,23%) |

Abaixo gráfico representativo da tabela.



Balço energético

| Balço Energético (dados em KWh medidos) | | | | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1 – Injeção de Energia | 150.871.503 | 143.406.797 | 144.789.604 | 146.734.459 | 153.751.954 |
| 1.1 – A3 (Subestação Turvo) | 148.986.143 | 141.761.253 | 142.306.606 | 143.373.414 | 149.130.675 |
| 1.2 – A4 (Subestação Maracajá) | 1.872,991 | 1.635.533 | 2.031.175 | 2.557.612 | 3.051.422 |
| 1.3 – Geração Distribuída | 12.369 | 10.011 | 451.822 | 803.432 | 1.569.857 |
| 2 – Fornecimento de Energia | 139.533.877 | 132.006.946 | 132.660.731 | 136.299.400 | 140.935.155 |
| 2.1 – Mercado Cativo | 139.118.018 | 131.501.675 | 132.660.731 | 136.299.400 | 140.935.155 |
| 2.1.1 – Grupo A4 | 69.914.454 | 62.721.026 | 61.606.246 | 62.608.377 | 67.698.162 |
| 2.1.2 – Grupo B | 69.203.564 | 68.780.649 | 71.054.485 | 73.691.023 | 73.236.993 |
| 2.2 – Outros Agentes de Distr. | 415.859 | 505.273 | 0 | 0 | 0 |
| 2.3 – Consumidores Livres | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.4 – Consum. Redes Básicas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3 – Perdas Totais | 11.337.626 | 11.399.851 | 12.128.873 | 10.435.059 | 12.816.799 |
| 3.1 – Rede Básica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.2 – Transmissão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.3 – Distribuição | 11.337.626 | 11.399.851 | 12.128.873 | 10.435.059 | 12.816.799 |
| 3.3.1 – Perdas Técnicas | 9.924.006 | 9.945.265 | 10.556.036 | 9.078.502 | 11.160.886 |
| 3.3.2 – Perdas não Técnicas | 1.413.620 | 1.454.586 | 1.572.837 | 1.356.557 | 1.655.913 |

Perdas

A Cersul mantém atenção permanente sobre o controle das perdas técnicas de energia. No ano de 2021 as perdas globais representaram 8,34% da energia injetada no sistema da cooperativa.

| Perdas de energia (dados em kWh medidos) | | | | | |
|---|--------------------------|---------------|-----------------|-------------|-------------|
| Energia injetada | Energia fornecida | Perdas | Perdas % | | |
| 153.751.954 | 140.935.155 | 12.816.799 | 8,34 | | |
| Perdas de Energia (dados medidos) | | | | | |
| | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1 - Perdas Totais | 7,51% | 7,95% | 8,38% | 7,11% | 8,34% |
| 1.1 - Perdas Técnicas | 6,58% | 6,94% | 7,29% | 6,19% | 7,26% |
| 1.2 - Perdas não Técnicas | 0,94% | 1,01% | 1,09% | 0,92% | 1,08% |

4 Ingressos por classe de consumo

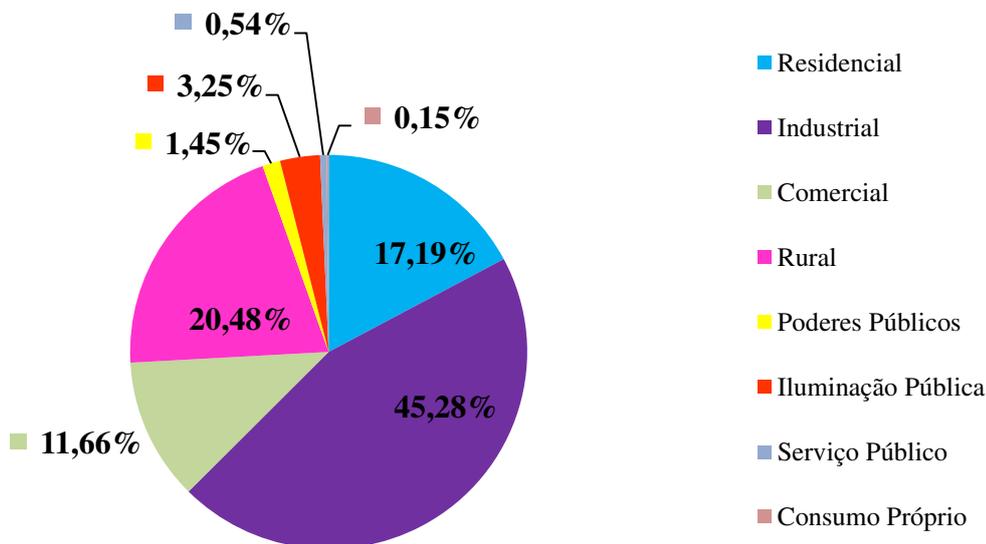
As classes de consumo que mais contribuíram com ingressos pelo fornecimento de energia elétrica no ano foram a industrial e a rural. A classe industrial consumiu o valor de R\$ 29.484.127,83, e a classe rural R\$ 13.335.890,87.

A seguir são apresentados resultados sobre os ingressos decorrentes do fornecimento de energia elétrica e sua variação no período por classe de consumo:

| Ingressos por classe de consumo - R\$ mil | | | |
|---|---------------|---------------|--------------|
| Classe | 2021 | 2020 | Variação % |
| Residencial | 11.197 | 10.123 | 10,61 |
| Industrial | 29.484 | 25.769 | 14,42 |
| Comercial | 7.591 | 6.473 | 17,27 |
| Rural | 13.336 | 12.073 | 10,46 |
| Poderes Públicos | 944 | 749 | 26,03 |
| Iluminação Pública | 2.114 | 2.044 | 3,42 |
| Serviço Público | 349 | 367 | (4,90) |
| Consumo Próprio | 104 | 96 | 8,33 |
| Total | 65.119 | 57.694 | 12,87 |

Abaixo gráfico representativo da tabela.

Igressos por classe (2021)

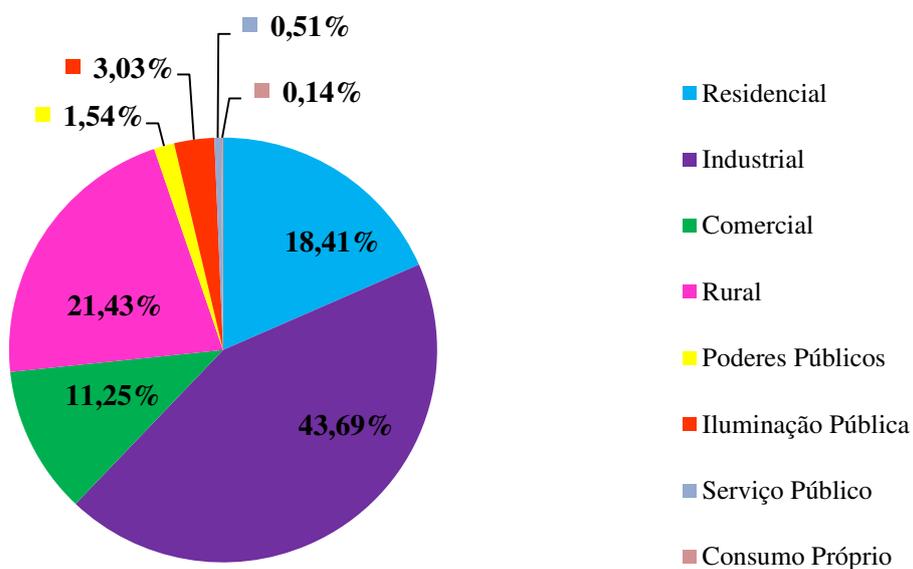


O ingresso decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, foi de R\$ 48.493.449,91 conforme quadro a seguir:

| Ingressos por classe de consumo líquida de ICMS - R\$ mil | | | |
|--|---------------|---------------|-------------------|
| Classe | 2021 | 2020 | Variação % |
| Residencial | 8.928 | 8.306 | 7,49 |
| Industrial | 21.186 | 19.393 | 4,09 |
| Comercial | 5.454 | 4.856 | 12,31 |
| Rural | 10.391 | 9.679 | 7,36 |
| Poderes Públicos | 745 | 599 | 24,37 |
| Iluminação Pública | 1.470 | 1.522 | (3,42) |
| Serviço Público | 245 | 268 | (8,58) |
| Consumo Próprio | 75 | 72 | 4,17 |
| Total | 48.494 | 44.695 | 8,50 |

Abaixo gráfico representativo da tabela.

Ingressos por classe - 2021 (Líquida ICMS)



Em 2021 o ingresso decorrente da cobrança das bandeiras tarifárias com o valor do ICMS foi de 9.787.797,88 reais.

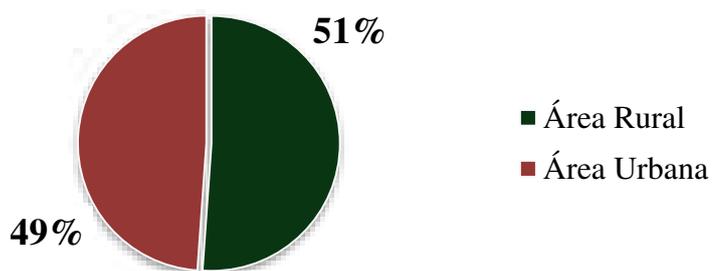
5 Unidades consumidoras

Em dezembro de 2021, o número de unidades consumidoras chegou a 18.098, representando uma diminuição de 0,41% em relação a dezembro de 2020, esse número é obtido através da análise das coordenadas geográficas e quantidades de medidores instalados na rede, independente se os medidores estejam desligados temporariamente. Segue tabela demonstrativa:

| Localização dos Consumidores | % | 2021 | % | 2020 | Variação % |
|------------------------------|-------|--------|-------|--------|---------------|
| Área Rural | 51,15 | 9.257 | 51,11 | 9.289 | (0,34) |
| Área Urbana | 48,85 | 8.841 | 48,89 | 8.884 | (0,48) |
| TOTAL | 100 | 18.098 | 100 | 18.173 | (0,41) |

Abaixo gráfico representativo da tabela:

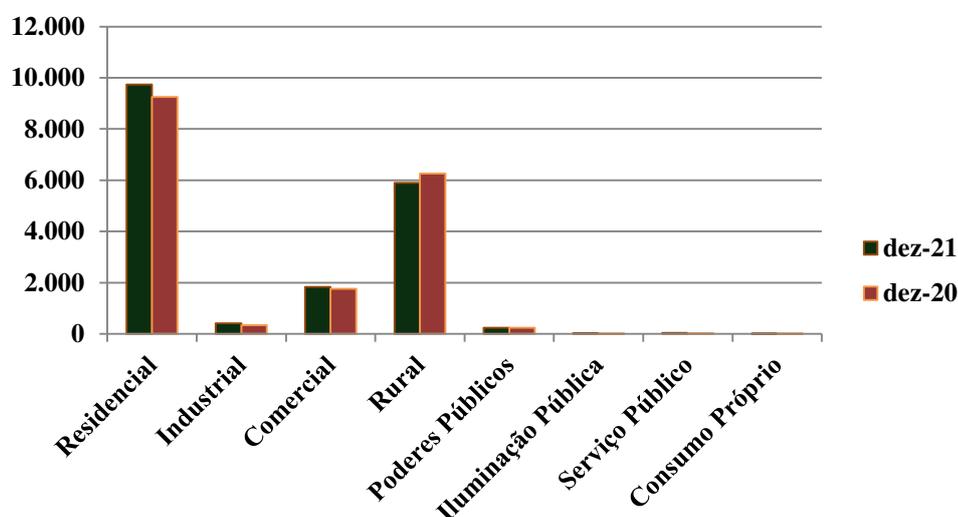
Localização dos Consumidores



A seguir será demonstrado o número de unidades consumidoras ativas por classe, apurados de acordo com o levantamento dos dados de faturamento do ano de 2021:

| Número de unidades consumidoras por classe | | |
|--|---------------|---------------|
| Classe | Dez/2021 | Dez/2020 |
| Residencial | 9.740 | 9.250 |
| Industrial | 406 | 330 |
| Comercial | 1.837 | 1.758 |
| Rural | 5.897 | 6.262 |
| Poderes Públicos | 236 | 242 |
| Iluminação Pública | 19 | 17 |
| Serviço Público | 31 | 30 |
| Consumo Próprio | 8 | 8 |
| Total | 18.174 | 17.835 |

Gráfico representativo da tabela:



6 Processos tarifários

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Reajuste Tarifário homologado pela resolução nº 2.953 de 28/09/2021, calculou a receita requerida da cooperativa para o ciclo 2021/2022 onde as tarifas de fornecimento foram reajustadas em média 9,02%, sendo 9,53% para o Grupo A e 8,62% para o Grupo B.

A receita requerida é obtida pela soma da parcela A (não gerenciável pela cooperativa) e a parcela B (gerenciada pela cooperativa).

A parcela A é composta por:

- Compra de energia;
- Transporte de energia;
- Encargos setoriais.

A parcela B é composta por:

- Custo operacional;
- Depreciação;
- Investimentos.

Na tabela abaixo é apresentado o reajuste médio por tarifa homologada em 2021:

| Tarifa | Reajuste |
|---------------|-----------------|
| A4 | 9,53% |
| B1 | 5,76% |
| B2 | 13,55% |
| B3 | 5,91% |
| B4 | 5,78% |

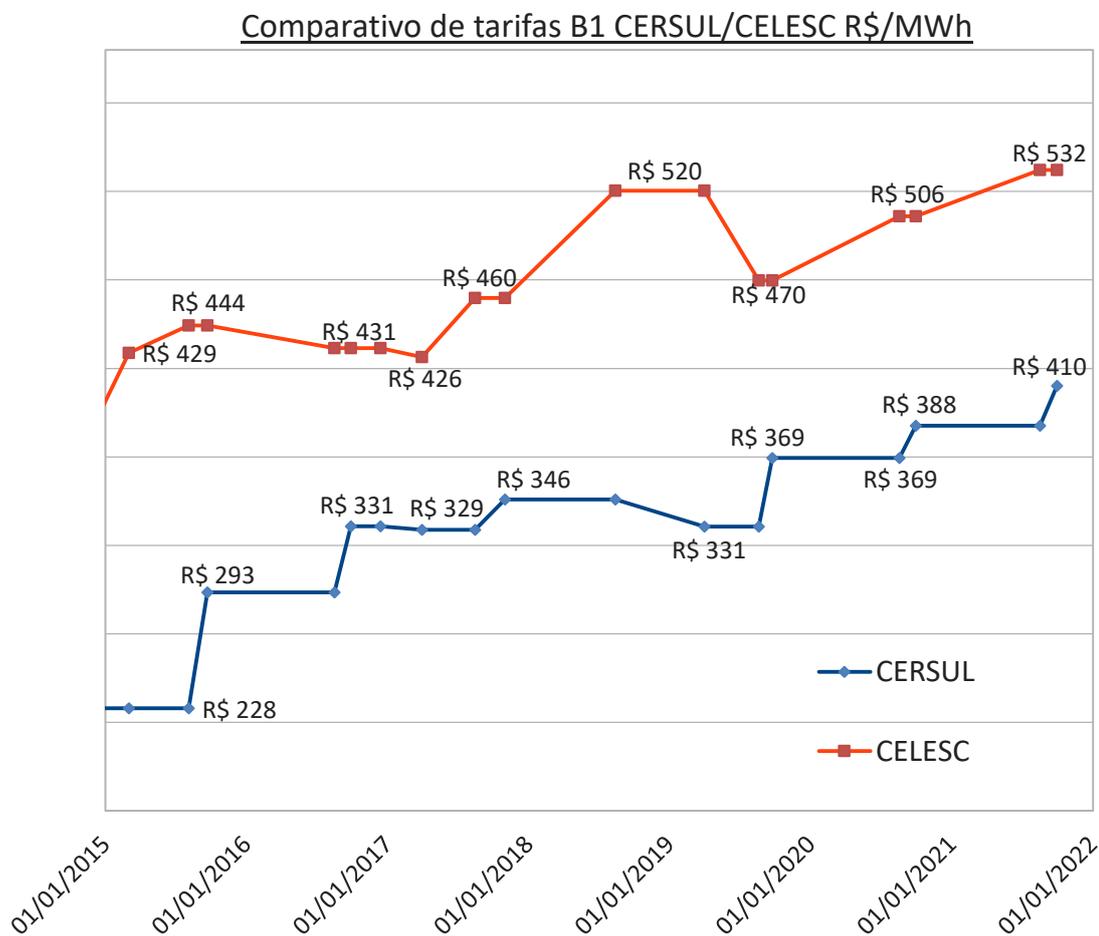
Cabe ressaltar que o aumento na tarifa B2 foi mais significativo devido ao decreto do Governo Federal nº 9642/2018, o qual está retirando o subsídio gradativamente até zera-lo no ano de 2023.

Abaixo são apresentadas as tarifas praticadas pela Cersul (sem impostos), considerando o desconto concedido pela atual direção de 12% para a classe residencial e 50% para a subclasse baixa renda.

| Grupo B | Tarifas (sem Impostos) (R\$/kWh) |
|--|---|
| B1 – Residencial | |
| Convencional | R\$ 0,41008 |
| Branca Ponta | R\$ 0,87492 |
| Branca Intermediária | R\$ 0,61516 |
| Branca Fora de Ponta | R\$ 0,35545 |
| B1 – Residencial Baixa Renda | |
| Baixa Renda até 30 kWh | R\$ 0,06924 |
| Baixa Renda de 31 a 100 kWh | R\$ 0,11870 |
| Baixa Renda de 101 a 220 kWh | R\$ 0,17805 |
| Baixa Renda acima de 221 kWh | R\$ 0,19784 |
| B2 – Rural | (Desconto 12%) |
| Convencional | R\$ 0,41008 |
| Branca Ponta | R\$ 0,82275 |
| Branca Intermediária | R\$ 0,57301 |
| Branca Fora de Ponta | R\$ 0,32328 |
| B3 – Água, Esgoto e Saneamento | (Desconto 6%) |
| Convencional | R\$ 0,43804 |
| Branca Ponta | R\$ 0,99194 |
| Branca Intermediária | R\$ 0,67992 |
| Branca Fora de Ponta | R\$ 0,36795 |
| B3 – Comercial - Industrial - Poder Público - Consumo Próprio | |
| Convencional | R\$ 0,46600 |
| Branca Ponta | R\$ 1,05525 |
| Branca Intermediária | R\$ 0,72332 |
| Branca Fora de Ponta | R\$ 0,39144 |
| B4 – Iluminação Pública | |
| B4a – Rede | R\$ 0,25630 |
| B4b – Bulbo | R\$ 0,27960 |

| <u>Grupo A</u> | <u>Tarifas (sem Impostos)</u> <u>(R\$/kWh)</u> |
|-----------------------------|---|
| Tarifa Horária Verde | |
| Demanda (kW) | R\$ 21,32 |
| Consumo Ponta (kWh) | R\$ 1,74325 |
| Consumo Fora Ponta (kWh) | R\$ 0,20795 |
| Tarifa Horária Azul | |
| Demanda Ponta (kW) | R\$ 63,83 |
| Demanda Fora Ponta (kW) | R\$ 21,32 |
| Consumo Ponta (kWh) | R\$ 0,20795 |
| Consumo Fora Ponta (kWh) | R\$ 0,20795 |

No gráfico abaixo é apresentada a evolução da tarifa B1(residencial) da Cersul, em comparação com a da Celesc.



É possível perceber pelo gráfico que a Cersul tem procurado oferecer uma tarifa menor que a da distribuidora Celesc, a qual detém a concessão na grande parte do Estado de Santa Catarina.

7 Qualidade do fornecimento

Os três principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são: o DEC (duração equivalente de interrupções por conjunto); o FEC (frequência equivalente de interrupções por conjunto) e o TMAE (tempo médio de execução de interrupções emergenciais). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir.

| Qualidade do Fornecimento (Indicadores DEC e FEC) | | | |
|--|--------------------|---------------------------|-----------------------|
| ANO | DEC (horas) | FEC (Interrupções) | TMAE (minutos) |
| 2015 | 6,31 | 7,85 | 56,75 |
| 2016 | 7,08 | 6,06 | 79,04 |
| 2017 | 5,71 | 5,26 | 84,80 |
| 2018 | 2,63 | 3,21 | 71,16 |
| 2019 | 2,39 | 3,15 | 90,17 |
| 2020 | 3,90 | 4,39 | 95,57 |
| 2021 | 5,77 | 4,61 | 69,02 |

8 Atendimento ao consumidor

A Cersul possui seis postos de atendimento ao consumidor com dias e horários diferenciados, sendo estes:

- ✓ Turvo - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Meleiro - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Timbé do Sul - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Morro Grande - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Ermo - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Maracajá - Segunda a sexta – Horário: 07:30 as 11:30.

Além dos postos de atendimento, a Cersul dispõe dos serviços: Telecomunicação gratuito (0800-643-1920); Aplicativo “Cersul Mobile” para registro de ocorrências e acesso de dados pelos consumidores e por último a agência virtual através do site: www.cersul.com.br para aproximar e facilitar cada vez mais o contato entre os associados/consumidores à Cooperativa.

Apresentamos os atendimentos realizados no ano de 2020, que totalizaram aproximadamente 91.287:

- ✓ 26.963 - Presenciais nos postos de atendimento;
- ✓ 15.195 - Atendimentos através do call center (0800);

- ✓ 48.914 - Através da agência virtual, site e aplicativo;
- ✓ 215 - Outros tipos de atendimentos.

9 Pós-Atendimento ao consumidor

Pesquisa de Pós-Atendimento

Essa pesquisa teve início em de março de 2018 e tem por finalidade avaliar a satisfação dos serviços prestados aos consumidores. A pesquisa consiste em ligar para o consumidor para que o mesmo avalie o atendimento, o prazo de execução e a realização dos serviços prestados pela Cersul, para que assim a empresa possa realiza ações de melhorias nos processos internos.

Pesquisa de Satisfação do “Tratamento das Reclamações Comerciais”

Essa pesquisa tem por finalidade o acompanhamento da satisfação do consumidor quanto ao registro de sua reclamação na Cersul. Ela também é realizada através de contato telefônico após sua conclusão.

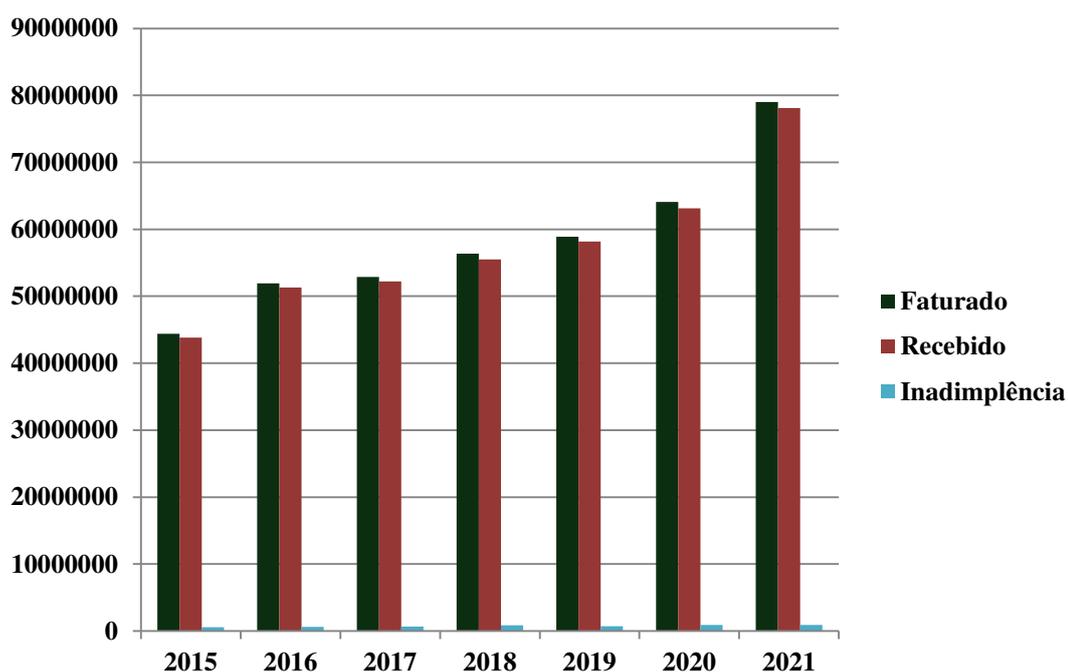
10 Cobrança

O índice de inadimplência anual dos consumidores da Cersul é calculado considerando todas as faturas vencidas no ano e que não foram quitadas até 31/12/2021. O valor de inadimplência anual em 2021 atingiu o montante de R\$ 897.142,43 resultando em um índice de 1,14%.

Na tabela a seguir será apresentado um comparativo dos valores faturados, recebidos e de inadimplência entre os anos de 2015 a 2021.

| ANO | Faturado (R\$) | Recebido (R\$) | Inadimplência (R\$) | Diferença (%) |
|-------------|-----------------------|-----------------------|----------------------------|----------------------|
| 2017 | 52.903.943,06 | 52.230.722,50 | 673.220,56 | 1,27 |
| 2018 | 56.371.902,78 | 55.504.989,18 | 866.913,60 | 1,56 |
| 2019 | 58.912.995,92 | 58.188.275,08 | 724.720,84 | 1,23 |
| 2020 | 64.063.688,55 | 63.142.597,01 | 921.091,54 | 1,44 |
| 2021 | 79.016.640,50 | 78.119.498,07 | 897.142,43 | 1,14 |

A seguir o gráfico representativo da tabela.



11 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de uma Permissionária de Energia Elétrica depende do suporte adequado da Tecnologia da Informação (TI), onde facilita e auxilia nos processos e tomada de decisões. Mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (vídeo, voz e dados) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Neste ano de 2021, houveram os seguintes investimentos:

- Disponibilizado acesso WEB aos sistemas Comercial, CRM, COD e MIG.
- Realizado Assembleia Digital;
- Aquisição de uma nova Repetidora para Comunicação dos Rádios;
- Aquisição de Nobreaks para filiais de Meleiro, Timbé do Sul e Ermo;
- Licenciamento dos S.O. dos servidores Windows e licenças de acesso a Rede.
- Aquisição de software AutoCad e SmartPTT.

Foram também adquiridas outras licenças de software, novos computadores, impressora, tablettes, celulares a fim efetuar a atualização dos equipamentos utilizados e eventual depreciação pelo uso.

12 Desempenho econômico-financeiro

Ingresso operacional bruto

Em 2021, os ingressos decorrentes do fornecimento de energia, construção da infraestrutura, serviços, doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço público atingiram o valor de R\$ 95.980.756,08 que representou um aumento de 29,89% se comparado ao ano de 2020.

Ingresso operacional líquido

Em 2021, o Ingresso Operacional Líquido, que é obtido após a dedução dos tributos e encargos setoriais atingiu o montante de R\$ 61.726.376,78, representando 16,41% de aumento em relação a 2020.

Sobra líquida

A Cersul encerrou o Exercício Social de 2021 com sobra líquida de R\$ 10.957.011,09, valor este 38,51% superior ao realizado no ano anterior. O resultado positivo ocorreu principalmente pelo aumento da tarifa no custo do sistema de distribuição.

Indicadores contábeis

| Em R\$: | 2021 | 2020 | Variação% |
|---------------------------------------|----------------|---------------|--------------|
| Ingresso operacional | 95.980.756,88 | 73.894.014,36 | 29,89 |
| Deduções do ingresso | 34.254.380,10 | 20.870.166,55 | 64,13 |
| Ingresso operacional líquido | 61.726.376,78 | 53.023.847,81 | 16,41 |
| Custos do serviço de energia elétrica | 50.616.815,06 | 44.931.730,79 | 12,65 |
| Sobra bruta | 11.109.561,72 | 8.092.117,02 | 37,29 |
| IRPJ/CSLL s/ato não cooperativo | 138.621,23 | 100.996,87 | 37,25 |
| Sobra líquida | 10.957.011,09 | 7.910.367,11 | 38,51 |
| Patrimônio líquido | 107.975.056,78 | 97.799.213,13 | 10,40 |

Índices econômicos financeiros

| | 2021 | 2020 | Variação | Conceito | Parâmetro |
|--------------------------|------|------|-----------------|---|--|
| Liquidez Corrente | 2,15 | 4,04 | (46,78)% | Capacidade de pagamento de dívida de curto prazo. | Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, tem no ativo circulante. |
| Liquidez Geral | 8,31 | 6,02 | 38,04% | Capacidade do pagamento de dívida em longo prazo. | Para cada R\$ 1,00 de dívida, a empresa tem disponível no ativo circulante e no realizável em longo prazo. |

| | | | | | |
|--|-------|------|---------------|--|-----------------------------|
| Endividamento Total (%) | 12,03 | 9,00 | 33,67% | Indicador de solvência ou cobertura de dívida com todos os credores. | Quanto menor melhor. |
| Rentabilidade S/ patrimônio (%) | 10,15 | 8,09 | 25,46% | Representa a remuneração do capital próprio, indicador final da rentabilidade. | Quanto maior melhor. |

13 Investimentos

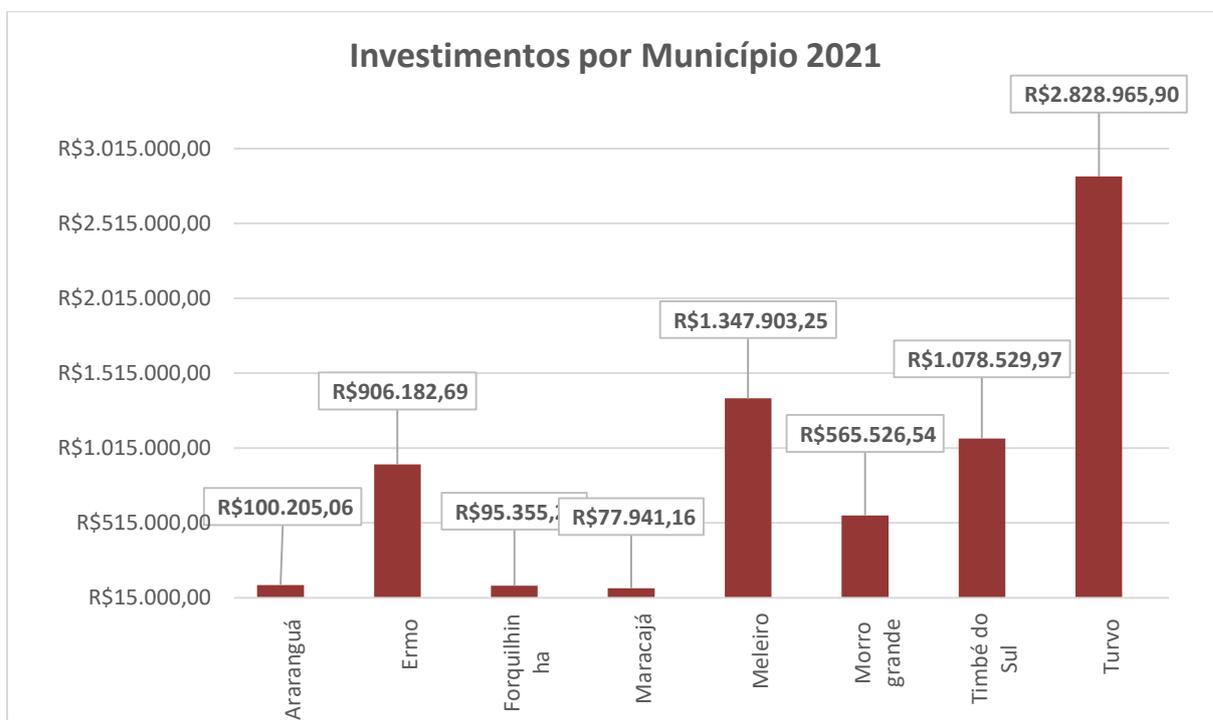
No ano de 2021 os investimentos foram realizados conforme os respectivos recursos destinados. As imobilizações da Cersul alcançaram o valor de 8.512.300,95 reais. No quadro abaixo verificamos imobilizações realizadas.

| Imobilizações em 2021 - R\$ | |
|------------------------------------|---------------------|
| Linhas e redes de distribuição | 7.000.609,82 |
| Veículos | 1.017.517,89 |
| Sistema de Medição | 385.085,90 |
| Software | 60.990,00 |
| Máquinas e Equipamentos | 57.097,34 |
| Total | 8.521.300,95 |

A seguir, detalhamento dos investimentos em linhas e redes por município:

| Investimento em linhas e redes por município 2021 - R\$ | |
|--|---------------------|
| Turvo | 2.828.965,90 |
| Meleiro | 1.347.903,25 |
| Timbé do Sul | 1.078.529,97 |
| Ermo | 906.182,69 |
| Morro Grande | 565.526,54 |
| Araranguá | 100.205,06 |
| Forquilha | 95.355,25 |
| Maracajá | 77.941,16 |
| Total | 7.000.609,82 |

Abaixo gráfico representativo da tabela.



Além dos investimentos acima citados também investimos na nova Linha de Distribuição de 69 kV que está sendo construída a partir do município de Forquilha e virá até nossa Subestação em Turvo. O valor desembolsado até o momento é de R\$ 28.622.810,39, sendo R\$ 2.229.417,30 no ano de 2019, R\$ 13.343.102,81 no ano de 2020 e R\$ 13.050.290,28 no ano de 2021.

Para 2022, a previsão é investir aproximadamente 9.088.489,10 reais, conforme quadros a seguir.

| Investimentos por municípios para 2022 - R\$ | |
|---|---------------------|
| Meleiro | 2.374.335,52 |
| Turvo | 1.078.000,00 |
| Forquilha – Turvo (Linha 69kV) | 1.000.000,00 |
| Timbé do Sul | 685.388,25 |
| Morro Grande | 450.000,00 |
| Ermo | 295.029,81 |
| Maracajá | 40.000,00 |
| Total | 5.922.753,58 |
| Demais investimentos para 2022 – R\$ | |
| Investimentos em redes de média e baixa tensão | 2.900.000,00 |
| Medições Novas Polifásicas e Monofásicas | 246.647,52 |
| Medições Novas do grupo A4 | 19.088,00 |
| Total | 3.165.735,52 |

Principais obras para 2022:

| OBRA | LOCAL | Valor (R\$) |
|--|---------------------|---------------------|
| Finalização da Linha 69kV | Turvo | 1.000.000,00 |
| Ampliação/Reforma de rede com cabos compactos | Meleiro | 1.024.335,52 |
| Ampliação/Reforma de rede – Recondutoramento entre Centro até localidade de Morro do Ermo | Ermo | 70.000,00 |
| Expansão/Reforma de rede próximo ao acesso norte | Maracajá | 40.000,00 |
| Expansão/Reforma de rede Centro do Turvo até a localidade de São Felipe | Turvo | 78.000,00 |
| Ampliação de rede na localidade de Garapuvu | Ermo | 136.279,81 |
| Ampliação/Reforma de rede – Alteração de rede para trifásica na localidade da Serra da Rocinha | Timbé do Sul | 260.000,00 |
| Ampliação/Reforma de rede – Alteração de rede para trifásica na localidade da Serra Velha | Timbé do Sul | 425.388,25 |
| Expansão/Reforma de rede entre o trevo de acesso ao bairro Industrial até o Centro do município | Turvo | 280.000,00 |
| Ampliação/Reforma de rede na localidade de São Felipe | Turvo | 450.000,00 |
| Reforma da rede na Vila São José | Turvo | 270.000,00 |
| Rede Jundiá – Boa Vista – Nova Esperança | Meleiro | 400.000,00 |
| Ampliação/Reforma de rede – Alteração de rede para trifásica entre as localidade Santa Luzia e Santa Bárbara | Morro Grande | 450.000,00 |
| Expansão/Reforma de Rede na localidade de Soares – Ciclovía | Ermo | 88.750,00 |
| Criação de circuito alternativo Meleiro Bay-Pass TVO - 07 | Meleiro | 950.000,00 |
| TOTAL | | 5.922.753,58 |

Técnico

Em 2021 foram comprados 170 medidores, totalizando o valor de R\$ 223.620,00, com a função de qualidade de energia para atender às exigências da ANEEL, os quais irão registrar a qualidade do fornecimento de energia elétrica da Cersul, também foi investido em modems para efetuar leituras remotas destes medidores no valor de R\$ 71.250,00.

Investimos R\$ 34.950,00 na compra de equipamentos para possibilitar leitura via Bluetooth de medidores de energia.

Foram comprados 2 religadores para a rede de distribuição, custo total de R\$ 109.658,93.

Investimos o valor de R\$ 60.071,06 na substituição de três controles de religadores por mais modernos, também adquirimos dois novos controles de reguladores em substituição aos atuais, totalizando o custo de R\$ 30.000,00.

No que diz respeito a comunicação com os religadores e reguladores, todo o sistema de telegestão destes equipamentos de campo, tiveram sua forma de comunicação alterada de 3G para fibra óptica. Dessa forma o controle e supervisão se tornou mais preciso e confiável. Investimento realizado de R\$ 44.440,00.

Para 2022 já foram planejados investimentos para melhorias para o sistema de distribuição de energia elétrica, são essas:

Serão destinados o valor de R\$ 18.000,00 para a compra de dois testadores de medidores portáteis (para substituir os utilizados atualmente) que farão os testes necessários nos medidores em campo, buscando qualidade e atendendo as exigências do INMETRO.

Adquirir três novos reguladores de tensão, com o custo de R\$ 479.900,00, em substituição aos já existentes que estão no final de sua vida útil, os novos reguladores de tensão são mais modernos, com maior precisão nos ajustes do nível de tensão, e permitem a automação e gestão remota.

Será investido R\$ 44.000,00 na compra de um equipamento de posicionamento global – GPS, de maior precisão e com correções automáticas e on-line.

Aquisição de mais equipamentos para leitura Bluetooth de medidores no valor aproximado de R\$ 41.080,00 e mais medidores da qualidade de energia no valor de R\$ 30,000,00.

Para veículos deste setor, pretende-se adquirir uma nova pick-up no valor aproximado de R\$ 92.000,00.

Operacional

Em 2021 foram feitas aquisições para a frota de veículos, sendo estas:

- Duas camionetes Toyota Hilux em substituição as atuais, para equipar uma delas, foi comprado juntamente, um cesto aéreo, investimento total de R\$ 476.137,61.
- Um caminhão VW Constellation 17.260 com carroceria e mais um guindaste para equipá-lo, totalizando a quantia de R\$ 579.300,00.
- Aquisição de um conjunto de cesto duplo para trabalhos em altura, equipando os caminhões, no valor de R\$ 4.450,00.
- Para uso geral foram investidos R\$ 225.000,00 na compra de dois veículos Toyota, sendo um do modelo Corolla e outro Yaris.

Para 2022 está previsto os investimentos:

- Duas camionetes Toyota Hilux, no valor de R\$ 411.842,62, para substituição das atuais, as quais serão utilizadas para atendimento a ocorrências de faltas de energia e apoio às equipes de operação e manutenção de redes.
- Dois cestos aéreos com mecanismo de elevação para equipar as novas camionetes, valor estimado de R\$ 251.600,00.
- Um caminhão VW 31.280 com cabine dupla, e o complemento de um guindaste e uma perfuratriz para equipá-lo, totalizando R\$ 1.068.317,00.
- Um caminhão VW 17.280 com cabine dupla e guindaste. Valor estimado de R\$ 863.000,00.

Expansão e melhoria de redes de distribuição

Devido ao crescimento do mercado e visando a melhoria contínua de nossas redes de distribuição de energia elétrica e para o atendimento adequado aos associado-consumidores a Cooperativa realizou no ano de 2021 o total de 97.800 metros em obras de expansão e melhoria em redes de média tensão (MT) e baixa tensão (BT), além da instalação de 183 transformadores.

Turvo

- ✓ Rua Usílio Tonetto (Anel Viário): AT: 2.300m e BT: 1.500m.
- ✓ Localidade Morro Azul II: AT: 4.100m e BT: 1.500m.

- ✓ Localidade Linha Jundiá: AT: 1.300m e BT: 1.300m.
- ✓ Localidade Rio Aparecida: AT: 1.000m e BT: 300m.
- ✓ Localidade Turvo Baixo: AT: 2.200m e BT: 1.200m.
- ✓ Localidade Linha Contessi: Religador.

Meleiro

- ✓ Localidade Linha Zenke: AT: 1.300m e BT: 1.100m.
- ✓ Localidade Rio Morto (Rede Trifásica): AT: 1.800m e BT: 100m.
- ✓ Localidade Novo Paraíso (Rede Compacta): AT: 1.000m e BT: 1.000m.

Morro Grande

- ✓ Localidade Linha São Bento: Substituição de Religador.

Timbé do Sul

- ✓ Localidade Vila Belmiro (Rede Trifásica): AT: 3.500m e BT: 1.800m.

Segue abaixo imagens das redes mencionadas anteriormente:



Turvo - Rua Usílio Tonetto (Anel Viário)



Turvo - Localidade Morro Azul II



Turvo – Localidade Rio Jundiá



Turvo – Localidade Rio Aparecida



Turvo – Localidade Turvo Baixo



Turvo – Religador em Linha Contessi



Meleiro – Localidade Linha Zenke



Meleiro – Localidade Rio Morto



Meleiro – Localidade Novo Paraíso



Morro Grande – Novo Religador Linha São Bento



Timbé do Sul – Vila Belmiro

Nova Linha de Distribuição 69 kV

Em fevereiro de 2020 deu-se início a construção da linha de distribuição de 69kv da subestação da IESUL, localizada na comunidade de Santa Rosa no município de Forquilha, até a subestação da Cersul, localizada na comunidade de São Peregrino no município de Turvo.

Em novembro de 2021 foram finalizados os serviços LD 69kV, no trecho da subestação da IESUL na cidade de Forquilha até a Subestação da Cersul em Turvo. A seguir os principais serviços executados:

- Transporte e montagem de 80 postes;
- Montagem de 1.098 cadeias de isoladores;
- Lançamento de 19,42km de cabos, da comunidade da Sanga do Café de Forquilha até a subestação da Cersul em São Peregrino em Turvo.

Foram gastos até dezembro de 2021 do projeto em execução da linha 69 kV em materiais e serviços o valor de R\$ 25.727.176,95

Em Junho de 2021 foi assinado um contrato com a empresa ECE para a construção do Bay de 69kV na subestação da IESUL, o principais serviços executados foram:

- Execução de aterros, canaletas, dutos e drenagens para fundação;
- Ampliação da malha de terra, concretagem e fundações;
- Instalação e montagem das estruturas dos equipamentos;
- Instalação eletromecânica dos equipamentos.

Em dezembro de 2021 foi executado 70,72% do contrato e investido o valor de R\$ 2.895.633,44.

A seguir imagens da Linha 69kV:



Captação de recursos

Os investimentos de 2021 foram realizados todos com recursos próprios.

14 Composição acionária

O Capital Social da Cersul, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 182.524,00, representado por cotas-partes de 18.934 associados com direito a 1 (um) voto cada, independentemente do número de cotas que o mesmo tenha adquirido, conforme reza o Estatuto Social.

Abaixo são apresentados resultados sobre a evolução do número de associados da Cooperativa e sua variação no período.

| Número de associados | | |
|----------------------|--------|----------------------|
| 2021 | 2020 | Variação % 2021-2020 |
| 18.934 | 18.273 | 3,62 |

15 Gestão da qualidade

Durante os dias 29 e 30 de novembro de 2021 passamos por uma auditoria externa de manutenção da ISO 9001:2015 com a empresa DQS, onde alguns dos processos do Sistema de Gestão da Qualidade da Cersul foram auditados. O Sistema de Gestão da Qualidade da Cersul, baseado na norma internacional ISO 9001:2015 está implementado consistentemente, estruturado inclusive em sistema de informação ERP que apoia o provimento do atendimento da maioria dos requisitos normativos analogamente ao sistema “Poka-Yoke”. Os auditores não pontuaram não conformidades e foram pontuados dois pontos fortes, com isso a Cersul mantém por mais um ano o certificado ISO 9001:2015. Isso é fruto de um trabalho que vem sendo feito desde 2010, com auditorias internas e reuniões mensais com envolvimento dos colaboradores, gerentes e Presidente.



Certificado ISO 9001.

Estamos sempre buscando a satisfação de nossos associados, trabalhamos sempre para garantir melhores resultados nos anos posteriores, com investimentos sólidos, educação corporativa entre outras tantas mudanças que se tornam necessárias.

O caminho para a excelência é marcado pela busca do aperfeiçoamento e da melhoria contínua.

16 Gestão de Pessoas

Todos os anos a Cersul mostra através de ações seu comprometimento social, promovendo e patrocinando projetos, programas, eventos sociais, culturais e ambientais.

Recursos humanos

A cooperativa possui um setor específico e organizado de gestão de pessoas, e aplica todos os subprocessos de RH (agregar, aplicar, manter, desenvolver e monitorar) de forma que facilita o contato com os colaboradores e desenvolve um clima organizacional favorável.

A Cersul, durante o ano de 2021, admitiu 10 novos colaboradores e no mesmo período, 14 desligaram-se da cooperativa que encerrou o ano com um total de 105 colaboradores, sendo 100 ativos, 4 inativos e 1 representante sindical.

Entre os benefícios concedidos pela Cersul aos seus colaboradores, além dos previstos pela legislação destacam-se: auxílio alimentação, plano de saúde e seguro de vida.

Saúde

Em 2021 a empresa disponibilizou 100% do valor da vacina H1N1 aos colaboradores totalizando o investimento de R\$ 8.820,00.

Durante o ano de 2021 a empresa permaneceu com todo trabalho de prevenção para o cuidado com a pandemia COVID-19, além de disponibilizar o exame laboratorial aos funcionários com sintomas, totalizando o valor de R\$ 7.230,00, permaneceu a manutenção dos seguintes trabalhos:

- ✓ Divulgação de material informativo e educativo através de mural, e-mail e mídias sociais;
- ✓ Instalação de cartazes e banners, em diversos locais, com informações educativas sobre:
(a) higienização das mãos; (b) etiqueta respiratória para tosse e espirros; (c) evitar contatos

interpessoais (como por exemplo aperto de mão); (d) evitar compartilhar objetos pessoais (como por exemplo canetas, pranchetas e telefones, copos, talheres, etc.); (e) evitar utilização de adornos (como por exemplo anéis, pulseiras, relógio, brincos, etc.);

- ✓ Sinalização e controles para afastamento nas entradas e no atendimento;
- ✓ Adequação dos locais de trabalho para que ficassem bem ventilados, com o incentivo do uso de janelas e portas abertas;
- ✓ Disponibilizados dispensadores com álcool em gel 70% para a higiene das mãos, nos locais de trabalho, pontos eletrônicos, veículos, etc.;
- ✓ Reforço na limpeza e desinfecção de objetos e superfícies existentes nos ambientes de trabalho tocados com frequência (incluindo corrimãos, maçanetas, interruptores de luz, elevador, materiais de escritório, bancadas, cadeiras, equipamentos, computadores, teclados, celulares, etc.);
- ✓ Instalado barreiras e anteparos de acrílico transparente nos locais de trabalho em que os trabalhadores precisem ter contato face a face, próximo com clientes;
- ✓ Totens de álcool gel nas entradas dos escritórios de atendimento aos clientes;
- ✓ Fornecimento de máscaras de proteção aos trabalhadores e visitantes;
- ✓ Fornecimento e reposição os equipamentos de proteção individual e obrigação do uso, especialmente máscara para trabalhadores e clientes, sem prejuízo dos EPI inerentes aos riscos da tarefa executada;
- ✓ Suspensão parcial de atividades e reuniões presenciais;
- ✓ Criado e divulgado os protocolos para identificação e encaminhamento de trabalhadores com suspeita de contaminação pelo novo Coronavírus antes de ingressar no ambiente de trabalho, afastando das atividades laborais, por medida de segurança, os trabalhadores que apresentasse sintomas de infecção respiratória, tais como febre, tosse, falta de ar, coriza com testes custeados pela Cersul.

Segurança no ambiente de trabalho

A sobriedade e seriedade do trabalho desenvolvido pela Cersul também é traduzido pelos uniformes usados por seus colaboradores. É pensando sempre na qualidade e boa apresentação de seus funcionários é que a cooperativa investiu no ano de 2021 o valor de R\$ 63.995,58 em uniformes.

Os Equipamentos de Proteção, tanto de forma Individual como coletiva, são produtos utilizados pelos trabalhadores, destinado à proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a saúde. Os tipos de EPI's e EPC's utilizados podem variar dependendo do tipo de atividade ou de riscos e da parte do corpo que se pretende proteger. Prezando sempre pela segurança de seus colaboradores a Cersul investiu no ano de 2021 o valor de R\$ 57.069,02 em equipamentos de proteção.

A Cersul terceiriza a elaboração dos laudos técnicos na área de segurança com a empresa COSET e realiza os procedimentos relacionados com medicina do trabalho através da empresa Sinergia e com a psicóloga especialista Elisângela Manenti.

Em maio de 2021 tomou posse a nova diretoria da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, focando na segurança e na prevenção dos acidentes de trabalho, observando e orientando os trabalhadores quanto ao uso correto e adequado dos equipamentos de segurança nas suas rotinas diárias com orientação sempre do Técnico de Segurança contratado pela Cooperativa.

Nos dias 14, 24 e 26 de novembro de 2021, foi realizado o XVI SIPAT Cersul (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho). Foram desenvolvidas algumas atividades com os colaboradores com intuito de despertar a consciência de todos sobre a importância da prevenção de doenças e qualidade de vida, durante o evento foi realizado: Exames laboratoriais, palestras ministradas por profissionais especialistas, que na oportunidade falaram sobre saúde do homem e saúde da mulher. Nesses eventos foram investidos um total de R\$ 8.686,00.

A seguir imagens das Palestras da Saúde do Homem e da Mulher:



Desenvolvimento profissional

A Cersul em parceria com a FECOERUSC (Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) e SESCOOP/SC (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), auxiliou seus colaboradores investindo o valor total de R\$ 69.751,29, sendo o valor de R\$ 42.876,49 reembolsado pela SESCOOP, na qualificação profissional, através de treinamentos, palestras e cursos, para o desenvolvimento de habilidades e competências, assim melhorando o seu desempenho funcional.

A seguir imagens de alguns dias de treinamentos:



A Cersul conta também com o auxílio do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) para incentivar seus funcionários com cursos técnicos, graduações e especializações, no último ano 5 colaboradores das áreas afins da cooperativa foram cadastrados e receberam auxílio de R\$ 14.354,44 do SESCOOP para pagamento dos cursos.

O programa jovem e menor aprendiz é obrigatório por lei para todas as empresas com mais de trinta funcionários. A Cersul, atualmente através de um contrato firmado com o CIEE e SESCOOP, tem em seu quadro funcional 2 jovens aprendizes.

Confraternizações

Durante o ano de 2021 a Cersul promoveu confraternizações para seus funcionários e núcleos cooperativistas, sendo estes:

- Dia Internacional da Mulher: No dia 8 de março foi realizado um workshop com o tema “Empreendedorismo Feminino – Seus desafios e a inteligência emocional”, o evento reuniu todas as colaboradoras e o núcleo feminino da cooperativa. A palestra foi ministrada pela equipe da empresa Inovarum.

- Dia do Trabalhador: No dia primeiro de maio, em reconhecimento aos funcionários da Cersul, a empresa enviou um vídeo em agradecimento a dedicação e esforço de todos diariamente em suas atividades e os presenteou com a entrega de uma lembrança.
- Aniversariantes: Nos aniversários dos colaboradores a Cersul, como forma de comemorar e reconhecer, entrega um presente aos mesmos.
- Confraternização de Final de Ano: Em dezembro para o encerramento das atividades anuais, a Cersul promoveu a entrega aos colaboradores de uma bolsa natalina e um vale alimentação de natal, com o objetivo de agradecer e valorizar o empenho e bom trabalho realizado por todos.



Workshop Dia das Mulheres



Entrega dos presentes (bonés) para os funcionários



Bolsas Natalina entregues aos funcionários

Responsabilidade Social

Em prol das comunidades da área de atuação da permissionária, foram mantidos os convênios com as associações e hospitais da região para arrecadações mensais, pagas por seus associados via fatura de energia elétrica. Foi arrecadado a quantia de 3.406.549,00 de reais que foi repassado para essas entidades, sem custo algum para as mesmas.

A Cersul realiza o gerenciamento de seus impactos, controlando, prevenindo e compensando adversidades que estão situadas nas áreas onde ocorrem as operações e manutenção de suas redes de distribuição.

Projetos Sociais

A Cersul com recursos do FATES e apoio financeiro do SESCOOP promoveu ações sociais sua área de atuação, sendo elas:

Projeto Amigos da Natureza: O projeto foi desenvolvido nas escolas dos municípios de abrangência integral da Cersul, durante os meses de maio e junho, com intuito das escolas trabalharem junto as turmas de primeiro ao quarto ano, o tema “Plantio e Poda”, que foi escolhido por ser uma questão ambiental que afeta a região de abrangência da Cersul, sendo a maior causa de interrupções no fornecimento de energia elétrica o contato da vegetação com a rede básica. A metodologia usada foi o sistema lúdico, dinâmico e leve de aprendizagem, através da distribuição de revistas em quadrinhos, “O Incrível Átom – Prevenir e Conscientizar” para despertar o interesse pela leitura e escrita nas crianças, sendo a opção viável visto o atual cenário pandêmico. Este projeto totalizou o investimento de R\$ 12.655,50, e alcançou a média de mil estudantes.

A seguir imagens do projeto “Incrível Átom” e da distribuição das revistas em quadrinhos nas escolas:



Na semana do Meio Ambiente, que ocorre no mês de setembro, devido ao dia da árvore, a Cersul fez entrega de mudas nativas e exóticas, bem como entregas de folders explanando como realizar o plantio e o local seguro de distância da rede elétrica, nos municípios de sua atuação integral, para a população em geral.

Como continuidade do projeto junto aos colaboradores, para conscientização da importância do meio ambiente, foi desenvolvido ações internas com envolvimento de todos os funcionários, onde foram realizados os seguintes programas: Pontos de Coleta interna de óleo de cozinha, remédios e resíduos eletrônicos; Semana “Cersul sem papel”; Doação de mudas nativas e Palestras com a engenheira ambiental abordando os temas de “Conscientização Ambiental” para o setor administrativo e de “Legislação Ambiental” sobre poda e corte da vegetação para o setor operacional.

A seguir imagens da distribuição de folders e mudas de plantas nativas.



Agradecimentos

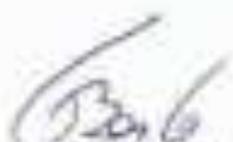
Registamos nossos agradecimentos aos associados que tiveram um papel fundamental neste período de sucesso da Cersul e aos membros do Conselho Fiscal pelo apoio prestado. Temos reconhecimento à dedicação e empenho do quadro funcional, especialmente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Turvo, 22 de março de 2022.

Conselho de Administração.



Presidente



Fábio Sartori
Vice-Presidente



Sérgio Bortolotto
Secretário



André Magagnoli
Conselho de Administração



Carlos Alexandre Gostli
Conselho de Administração



Irac de Lavechia de Vargas
Conselho de Administração



Noel Nolla Marcon
Conselho de Administração

2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS

2.1 – Balanço Patrimonial

| ITEMO | NOTA | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------|------|-----------------------|-----------------------|
| CIRCULANTE | | 24.734.892,25 | 23.453.898,08 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 8.937.145,88 | 8.993.845,53 |
| Contas a receber | 6 | 20.373.458,38 | 8.317.734,08 |
| Previdência a pagar | 7 | 849.848,38 | 839.845,07 |
| Franquia | 8 | 1.097.999,48 | 1.294.574,08 |
| Reservas em Caixa | 9 | 648.044,38 | 130.000,00 |
| Ativos Reguladores | 10 | 1.290.221,28 | 1.333.880,11 |
| Despesas de Exercícios seguintes | | 120.228,88 | 203.875,02 |
| Outros ativos a receber | 11 | 1.879.483,38 | 1.487.353,08 |
| NÃO CIRCULANTE | | 98.219.687,58 | 98.378.845,02 |
| Impostos a Recupera | 12 | 174.128,82 | 203.715,90 |
| Reserva Judicial | | 8.100,00 | 8.100,00 |
| Ativos Indisponíveis (permanentes) | 13 | 20.407.078,88 | 20.430.980,00 |
| INVESTIMENTOS | | 298.218,08 | 298.485,08 |
| Participações societárias Permanentes | 14 | 298.218,08 | 298.485,08 |
| IMOBILIZADO | 15 | 68.647,48 | 68.647,48 |
| INTANGÍVEL | 16 | 85.781.744,22 | 88.024.898,88 |
| TOTAL DO ATIVO | | 122.954.579,83 | 121.832.743,98 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| PASSIVO | NOTA | 2013 | 2012 |
|---|-------------|-----------------------|-----------------------|
| CIRCULANTE | | 11.431.791,03 | 6.791.791,40 |
| Fornecedores | 14 | 3.460.568,01 | 435.870,00 |
| Salários e encargos a pagar | 15 | 170.374,50 | 361.040,00 |
| Impostos, taxas e contribuições | 16 | 2.089.376,54 | 1.548.640,00 |
| Serviços e despesas - diversas | | - | - |
| Reserva Regulatória | 17 | 5.818.279,00 | 1.170.018,14 |
| Provisão Regulatória | 18 | 70.302,37 | 1.813.817,71 |
| Fundo para férias | 19 | 813.147,45 | 865.047,40 |
| Outros Fundos Constituídos | 20 | 681.814,36 | 996.368,15 |
| NÃO CIRCULANTE | | 3.237.761,31 | 2.875.791,37 |
| Impostos, taxas e contribuições | 16 | 1.234,00 | 1.234,00 |
| Processos Trabalhistas e Cíveis | | 30.000,00 | 43.716,50 |
| Obrigações vinculadas à Formação | | 3.206.527,31 | 1.830.750,79 |
| Patrimônio líquido | | 207.375.056,78 | 97.795.814,13 |
| CAPITAL SOCIAL | | 182.324,00 | 179.274,00 |
| Capital social realizado | | 182.324,00 | 179.274,00 |
| RESERVA DE CAPITAL | | 1.231.791,15 | 1.231.791,15 |
| Reserva e substituições | | 1.231.791,15 | 1.231.791,15 |
| Outras Reservas de Capital | | - | - |
| RESERVA DE AVALIAÇÃO PATRIMÔNIAL | | 28.477,00 | 28.477,00 |
| Reserva de avaliação patrimonial | | 28.477,00 | 28.477,00 |
| RESERVA REGULATÓRIA COMPULSÓRIA | | 6.955.669,91 | 1.429.340,00 |
| Reserva de avaliação patrimonial | | 6.955.669,91 | 1.429.340,00 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA | | 94.579.058,67 | 82.277.259,03 |
| Reserva legal | | 20.448.933,78 | 1.108.730,00 |
| Fundo | | 3.927.791,23 | 1.838.843,27 |
| Reserva de Ampliação | | 60.202.333,66 | 79.335.685,76 |
| Reserva de Reserva de Reserva | | - | - |
| RESERVA DO EXERCÍCIO | | 4.995.956,01 | 1.805.194,92 |
| Saldo a Propósito do ACB | 21 | 4.995.956,01 | 1.805.194,92 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 127.766.088,14 | 107.666.761,90 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

| CONCENTRAÇÃO DO INSTANTÂNEO | 2021 | 2020 |
|---|------------------------|------------------------|
| REVENHOS OPERACIONAIS | 69.890.756,68 | 71.894.024,38 |
| Consumo de energia | 48.138.180,88 | 51.791.897,78 |
| Depreciação do sistema de distribuição | 15.871.389,58 | 15.791.798,58 |
| Ativos e passivos financeiros avaliados | 1.382.340,78 | 588.914,75 |
| Serviços | 1.805.420,68 | 1.751.880,12 |
| Serviços contratados | 66.590,48 | 24.708,88 |
| Impostos, taxas e contribuições com o setor público | 18.735.822,78 | 14.182.183,88 |
| DEDUÇÕES NÃO RELEVANTES | (34.274.180,50) | (30.870.346,88) |
| Tributos e contribuições sobre a receita | (15.763.887,20) | (13.897.115,58) |
| Custos de concessões | (17.490.712,21) | (17.173.000,87) |
| REVENHOS LÍQUIDOS | 35.726.476,78 | 41.023.677,50 |
| CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | (58.618.875,98) | (44.931.792,78) |
| Energia consumida e energia não utilizada | (51.818.794,88) | (36.741.180,11) |
| Energia de perdas do sistema de distribuição | (1.889.401,08) | (1.187.778,88) |
| Perdas físicas (resistência de e cabos e transformadores) | (8.242.148,88) | (8.768.130,41) |
| Manutenção | (2.287.884,88) | (2.012.801,81) |
| Serviços de terceiros | (828.028,88) | (706.874,88) |
| Depreciação e amortização | (8.979.782,88) | (1.879.893,41) |
| Provisões | (118.912,88) | (97.797,41) |
| Impostos, taxas e aluguéis | (1.223.035,78) | (91.496,51) |
| Fretes | (127.448,88) | (101.282,88) |
| RECEITA BILTER | 11.329.961,77 | 8.092.117,02 |
| REVENHOS (DIFERENÇA) FINANCIADA | 1.112.888,48 | 824.884,88 |
| Receita das operações | (82.881,28) | (187.187,07) |
| Ingressos financeiros | 1.175.369,48 | 1.112.071,95 |
| OUTROS INGRESSOS E DIFERENÇAS | (1.119.862,88) | (995.618,17) |
| RECEITAS ANTES DA CS E IR | 11.095.888,17 | 8.011.883,08 |
| IMPACTOS SOBRE ATOS NÃO COOPERATIVOS | (118.433,28) | (100.006,87) |
| RECEITAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO | 10.977.454,89 | 7.911.876,21 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL DOS EXERCÍCIOS FINANCIAIS DE 2021 E 2020. (Valores expressos em reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| EXERCÍCIO | LÍQUIDO INICIAL | RESERVA DE CAPITAL - Ganhos e Perdas | LÍQUIDO INTERMEDIÁRIO | LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | MUTACIONES | | | | | LÍQUIDO FINAL | TOTAL |
|---|-----------------|--------------------------------------|-----------------------|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|--------------|
| | | | | | RESERVA DE RESERVA | | |
| 2020 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| A - RESERVA LÍQUIDA | | | | | | | | | | | |
| - Integralização de Capital | 1.000.000,00 | | | | | | | | | | 1.000.000,00 |
| - Distribuição de Lucros | (100.000,00) | | | | | | | | | | (100.000,00) |
| B - RESERVA DE RESERVA | | | | | | | | | | | |
| - Distribuição de Lucros e Excessos de Contribuições para o Exercício | | | | | 100.000,00 | (100.000,00) | 100.000,00 | (100.000,00) | 100.000,00 | (100.000,00) | 100.000,00 |
| C - RESERVAÇÃO COM CONTRIBUIÇÃO | | | | | | | | | | | |
| - Reserção para FORTS | | | | | | 100.000,00 | | (100.000,00) | | | 100.000,00 |
| - Reserção de Lucros e Excessos para o Exercício | | | | | | | | | | | |
| - Contribuição de Lucros | | | 100.000,00 | 100.000,00 | | | 100.000,00 | | 100.000,00 | | 100.000,00 |
| D - RESERVA DE CONTRIBUIÇÃO | | | | | 100.000,00 | | | | | 100.000,00 | |
| 2020 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| A - RESERVA LÍQUIDA | | | | | | | | | | | |
| - Integralização de Capital | 1.000.000,00 | | | | | | | | | | 1.000.000,00 |
| - Distribuição de Lucros | (100.000,00) | | | | | | | | | | (100.000,00) |
| B - RESERVA DE RESERVA | | | | | | | | | | | |
| - Distribuição de Lucros e Excessos de Contribuições para o Exercício | | | | | 100.000,00 | (100.000,00) | 100.000,00 | (100.000,00) | 100.000,00 | (100.000,00) | 100.000,00 |
| - Distribuição para FORTS | | | | | | 100.000,00 | | (100.000,00) | | | 100.000,00 |
| - Reserção de Lucros e Excessos para o Exercício | | | | | | | | | | | |
| - Contribuição de Lucros | | | 100.000,00 | 100.000,00 | | | 100.000,00 | | 100.000,00 | | 100.000,00 |
| C - RESERVA DE CONTRIBUIÇÃO | | | | | 100.000,00 | | | | | 100.000,00 | |
| 2021 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.4 – Demonstrações do Fluxo de Caixa

| DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA | 2021 | 2020 |
|--|------------------------|------------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | 13.462.129,29 | 1.200.893,47 |
| Saldo do exercício | 13.462.129,29 | 1.200.893,47 |
| Receitas (Despesas) de concessões autorizadas | 27.896.371,71 | 271.299,00 |
| Receitas (Despesas) de impostos e encargos af. | 502.899,28 | 792.849,00 |
| Receitas (Despesas) de empréstimos | 2.362.179,00 | 692.091,00 |
| Receitas (Despesas) de adiantamentos | - | 15,00 |
| Receitas (Despesas) de despesas com o capital | (27.841,26) | 10.815,00 |
| Receitas (Despesas) de receitas de vendas | 206.150,06 | (96.343,52) |
| Receitas (Despesas) de vendas regulatórias | 272.084,02 | 76.292,00 |
| Receitas (Despesas) de outras receitas correntes | (2.79.702,22) | (162.794,00) |
| Receitas (Despesas) de taxa de emissão | 2.062.882,00 | 231.991,00 |
| Receitas (Despesas) de outros empréstimos | 2.000,00 | 10.849,00 |
| Receitas (Despesas) de impostos, taxas e contribuições | 122.182,00 | (2.475,00) |
| Receitas (Despesas) de processos de licitação | 68.494,00 | (2.400,00) |
| Receitas (Despesas) de outros regulamentares | 2.546.022,00 | 162.429,00 |
| Receitas (Despesas) de processos regulatórios | (1.239.825,00) | 252.200,00 |
| Receitas (Despesas) de processos (trib. e justiça) e pagar | (2.792,00) | (29.628,72) |
| Receitas (Despesas) de outros a receber/pagar | - | (2.47999,00) |
| Receitas (Despesas) de outros diversos | (200,51) | 862.812,00 |
| REVENHO DE INVESTIMENTOS | (27.724.664,98) | (14.682.874,82) |
| Receitas (Despesas) de ativos intangíveis (patentes) | 20.000.000,00 | (2.000.000,00) |
| Receitas (Despesas) de outros intangíveis | (20.000.000,00) | (20.000,00) |
| Receitas (Despesas) de investimentos | (20.000.000,00) | (20.000.000,00) |
| Receitas (Despesas) de atividades financeiras e patrimoniais | 400.000,00 | 400.000,00 |
| REVENHO DE FINANCIAMENTOS | (792.547) | 400.000 |
| Realização de empréstimos | (792.547,00) | 400.000,00 |
| Receitas (Despesas) de outros empréstimos | 2.000,00 | (20.000,00) |
| RESUMO DAS DISPONIBILIDADES | 11.044.921,31 | 2.000.000,00 |
| Disponibilidades no início do exercício | 2.000.000,00 | 11.044.921,31 |
| Disponibilidades no final do exercício | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.5 – Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIÁRIAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Turvo, estado de Santa Catarina e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico de sua área de atuação, por meio da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infra-estrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A permissão para atuar no setor de distribuição de energia elétrica tem termo prazo médio de 20 (vinte anos) contados a partir de 30 de novembro de 2008.

NOTA 02 - DA PERMISSÃO

A permissória de atuar permissão válida até o ano 2038 para a distribuição de energia elétrica, (conforme ativa referenciado pela ANEEL em 06/05/2007) em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da CERSA, e em outros 6 (seis), a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no setor.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Melina, Irena, Morro Grande e Tupyá do Sul, e parcialmente em, Araranguá, Maracajá, Sombrio, Santa Malhada, Tanguariópolis e Nova Venécia, atendendo a mais de 18.174 mil unidades consumidoras ligadas distribuídas em 136 localidades.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil, Resolução do CPC nº 1.255/09, e alterações NBC TG 1.000, que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulamentares e os princípios fundamentais de contabilidade.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do setor público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL, nº 676/14, compatíveis com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade visando da interpretação técnica NBC TG 2004, orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e instruções contábeis no Despacho nº 4.398 de 20 de dezembro de 2017 da SPT/ANEEL e demais orientações publicadas.

Ação do modelo de apresentação do PAC – Prestação Anual de Contas:

- Utilização das naturezas de gastos e receitas de naturezas;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento do RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização de não de obra para as ordens em curso;
- Contabilização de renda não faturada;
- Contabilização do rejeito da administração central para a entidade;
- Aplicação no CCPC SA.

Em atendimento ao previsto na Resolução CPC nº 1.192/11, que aprova a NBC TG (21/14) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na totalidade através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da CERSUL é de que não há evidência de ativos cujo valor não seja recuperável.

A CERSUL apresenta, no encerramento do exercício de 2021, as demonstrações contábeis societárias e regulatórias com valores expressos em reais, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCS) Resolução ANEEL nº 605 de 11 de março de 2014 e Resolução ANEEL nº 194/2010 de 26 de fevereiro de 2010.

A) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) e Resolução CPC Nº 1.191/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conselho de Demonstrações Contábeis.

B) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo intangível, cotações, provisão para créditos de liquidação duvidosa e ativos e passivos regulatórios. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A permissionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

NOTA 24 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Entre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, destacamos:

A) Instrumentos financeiros

Não Derivativos

A Permissonária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ registrados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Permissonária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissonária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Permissonária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são revertidos quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Permissonária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Permissonária possui as seguintes ativos e passivos financeiros não-derivativos:

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem caixa de caixa e depósitos bancários a vista, arcando com rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou variáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva. Abrangem o saldo de consumos associados e outras contas a receber.

Obrigações abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores devidos de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, ajustados pelas obrigações correspondentes após o reconhecimento inicial. Também representados pelas fornecedoras de mercadorias e serviços e outros débitos.

Derivativos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissonária não opera com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

B) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de consumidores e outros são apresentadas líquidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLQ reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumo. O valor líquido a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A FOLG é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 90 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outras.

C) Estoque (Inclusivo de ativos imobilizados)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, estão registrados ao custo médio de aquisição.

D) Ativos e Passivos Regulatórios

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício final 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu editar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujo valor são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Período A e outras componentes financeiras, incluídas no processo que estabelece o denominado Índice de Regulação Tarifária-IRT. A Nota Técnica nº 283/2014-IRF/DCI/588/ANEEL, detinha a análise para editar, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comitê Técnico CTO 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da mesma assinatura) das Concessionárias e Permissonárias nos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou sigilidade do passivo desses bens originados nas discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTO 08, a partir das alterações e acréscos nos contratos de concessão de permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A CIRDIA analisou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota "13" e "14" respectivamente, a partir desta data.

E) Investimentos

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito e hipotecárias estão registradas pelo seu custo de aquisição mais os valores capitalizados em sua conta capital.

f) Imobilizado

Registra-se ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculado pelo método linear, tomando-se por base os valores contábeis registrados nos respectivos Planos de Unidades do Cadastro - PUC, conforme determina a Resolução ANEEL 367/2008, as taxas anuais constantes da tabela anexa IVI - TABELA DE DEPRECIAÇÃO. Em função disposto nas instruções contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCEI, as juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicadas no imobilizado em Curso, estão registradas neste subgrupo como custo. Conforme determina o CPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de prestação de serviços públicos devem ser classificados como Ativo Financeiro Intangível e Intangível.

g) Permissão do Serviço Público (Ativo Intangível)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final do período, classificada como um ativo financeiro por ser um direito intencional de receber (isto é, de outro ativo financeiro) diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas CPC 01 (RI) - Contrato de concessão e de Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa das concessionárias. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo aplicado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial.

h) Intangível

Compreende o direito de uso de infra-estruturas, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela concessionária como parte do contrato de permissão de serviço público de energia elétrica (direito de usar das unidades do serviço público por ele prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 352, de 12 de novembro de 2008, 877, de 13 de dezembro de 2011 e ISA, de 13 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 14 - Ativos Intangíveis, no CPC 01 (RI) - Contrato de Concessão e CPC 17 - Contrato de Concessão Intelectual e o OCPC 05 - Contrato de Concessão. É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido de amortização acumulada e das perdas por redução no valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo de amortização cobrada via tarifa, já que, no registros contábeis e a base de cálculo de amortização regulatória são determinados pelo Agente Regulador.

ii) Taxas Regulatórias

a) Custo de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético das Usinas e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelas sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

4) Programa de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAPESP) e Instituto de Pesquisa Energética (IPEU)

São programas de investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para execução desses programas.

4) Taxa de Realização do Serviço Público de Energia Elétrica (TRSEE)

Os valores da taxa de realização incidem sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionalmente ao porte do serviço concedido, calculada anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário e permissionário.

4) Bandeira Tarifária

A partir de 2023, as tarifas de energia passaram a fazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,010 por cada quilowatt-hora (kWh) consumido;
- Bandeira vermelha – Patamar 1: condições mais ruins de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,050 por cada quilowatt-hora kWh consumido;
- Bandeira vermelha – Patamar 2: condições ainda mais ruins de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,070 por cada quilowatt-hora kWh consumido;
- Bandeira de energia hídrica: condições ainda mais ruins de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 14,20 por cada 100 quilowatt-hora kWh consumido.

4) Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida no período em que se prevê que benefícios econômicos serão gerados para a concessionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

4) Receita Não-Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

4) Salários e Ordens de Pagor

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de terceiros, devidos até a data do balanço.

K) Provisão de férias

Foi constituída para cobertura de 1/3 das férias vencidas e proporcionais, vencidas das respectivas empresas até a data do balanço.

M) Obrigações Vinculadas a Permissão

Representa um passivo financeiro, constituído por valores a/ou letra recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Outorgada, não sendo admitida nenhuma letra, a qualquer título, neste Subgrupo, sem a prévia análise do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa em Eficiência Energética - PEE aplicadas no Ativo Imobilizado.

N) Outras dívidas e obrigações

Diversas outras passivas circulantes e de longo prazo que estão atualizadas até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigíveis.

O) Ajustagem das Saltes ou Perdas. As saltes e perdas são ajustadas pelo regime de competência.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Permissonária possui em dezembro/2021 o montante de R\$ 8.952.140,83 em contas bancárias à vista e em Títulos e Valores Mobiliários (Aplicações), devidamente contabilizados conforme demonstrado a seguir:

| | | | Legislação Societária | |
|-------------------------|----------------|-------------|-----------------------|--------------|
| Contas | Typo | Remuneração | 2021 | 2020 |
| Caixa e Bancos | | | 1.887.780,87 | 813.262,27 |
| Fundo de Caixa | | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| C. T. Federal | Conta Corrente | - | 82.762,36 | 173.380,32 |
| Sicredi Creditícia | Conta Corrente | - | 10.642,87 | 238.604,71 |
| Sicredi Creditícia A.L. | Conta Corrente | - | 128.886,92 | 88.887,88 |
| Banco do Brasil | Conta Corrente | - | 1.170.388,72 | 1.1.282,88 |
| Bradesco | Conta Corrente | - | 178.997,85 | 18.457,22 |
| Monetário em trânsito | | | 885.889,88 | 807.958,25 |
| Aplicações Financeiras | | | 4.789.660,68 | 8.269.310,11 |
| C. T. Federal | CTD Fixo | | 188.788,88 | 1.270.888,27 |
| Sicredi Creditícia | CTD | 0,33-CTD | 4.600.872,87 | 6.997.871,88 |
| Sicredi Creditícia | CTD | 0,33-CTD | 88.771,92 | 118.549,87 |
| Total | | | 8.952.140,83 | 8.987.842,52 |

NOTA 06 - CONSUMIDORES ASSOCIADOS

Inclui-se neste a receber com fornecimento de energia e uso de rede, fornecido e não fornecido, não por estimativa, serviços prestados, serviços monetários e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros os empréstimos e recebíveis.

| Composição das Contas a Receber | Legislação Societária | |
|--|-----------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Residencial | 1.140.813,20 | 1.176.813,78 |
| Industrial | 8.011.884,84 | 1.891.344,37 |
| Comercial | 1.046.440,37 | 798.284,30 |
| Total | 10.209.138,41 | 3.866.442,45 |
| Proter Pública | 87.898,43 | 19.814,30 |
| Fornecimento Público | 183.718,74 | 171.883,80 |
| Serviços Públicos | 42.812,75 | 18.743,30 |
| Fornecimento de Energia | 486.178,23 | 611.800,54 |
| Fornecimento não faturado | 1.058.340,95 | 1.138.628,24 |
| Subtotal – Consideráveis | 11.968.718,88 | 6.945.893,73 |
| Serviço Taxado | 11.878,47 | 11.895,38 |
| Participação financeira | 95.413,44 | 128.898,78 |
| Outros Créditos | 181.810,89 | 142.138,38 |
| Sub Total | 12.357.821,70 | 7.228.826,27 |
| PROVISÃO FUNDADO EXL. DIV. FATURAS | (872.431,00) | (708.827,48) |
| PROVISÃO FUNDADO EXL. DIV. S/ FATUR | (813.894,75) | (577.300,75) |
| TOTAL DEDUZ. | 10.671.495,95 | 5.942.708,04 |

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e outros a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores de classe residencial vencidos há mais de 90 dias, de classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 180 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação ao perfil efetivo, na existência de garantias reais, entre outros.

NOTA 07 – IMPACTOS A RECUPERAR

| CURSO PRECIS | Legislação Societária | |
|-----------------------------------|-----------------------|-------------------|
| | 2021 | 2020 |
| ICMS a recuperar | 18.773,85 | 14.279,86 |
| ICMS sobre ativo imobilizado (*) | 119.801,79 | 119.252,87 |
| Saldo negativo de IPI e CSLL (**) | 441.271,31 | 585.913,74 |
| IRRF aplicações financeiras | 0,00 | 0,00 |
| Total | 680.846,95 | 729.446,47 |
| (DRE) IPI/ICMS | 2021 | 2020 |
| ICMS sobre ativo imobilizado (*) | 174.210,52 | 151.215,83 |
| Total | 174.210,52 | 151.215,83 |

Valores de impostos e contribuições a serem compensados ou ressarcidos a curto e longo prazo, dos quais fazem a seguinte procedência:

[*] – ICMS sobre a compra de bens de ativo realizáveis, no qual terá sua compensação em 48 parcelas mensais.

[**] – Saldo negativo de imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apurados sobre o resultado com terceiros, dos quais foram recolhidos por estimativa.

NOTA 08 – ESTOQUES

A Permissionária, mantém em seu ambiente operacional, todo o material necessário para a devida manutenção das Redes de Distribuição, a utilização desse material é feita através dos procedimentos contidos nas regulamentações contábeis e patrimoniais emanadas pelo agente regulador. Os valores estão assim apresentados:

| Material | Legislação Societária | |
|----------------------------|-----------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Armatilhas em serviço | 939.784,49 | 939.843,78 |
| Reservas e sucatas | 11.040,78 | 10.240,83 |
| Substituição e ferramentas | 1.370.371,68 | 4.201.340,48 |
| Desmãos e limpeza | 21.381,81 | 1.201,08 |
| Total | 1.882.988,08 | 1.154.574,68 |

NOTA 09 – SERVIÇOS EM CURSO

| Descrição | Legislação Societária | |
|--------------------------------|-----------------------|-------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Serviços Prestados a Terceiros | 132.758,58 | 21.132,88 |
| Serviços Próprios | 346.218,64 | 421.236,73 |
| Projetos P&O/P&E | - | 287.621,48 |
| Despesas e atividades em Curso | 21.089,08 | 134.113,77 |
| Total | 600.045,48 | 776.104,86 |

Valores referentes a serviços ainda não concluídos dos quais produzirão aumento de ativo líquido ou despesa, dependendo de características e origem do serviço.

NOTA 10 – ATIVOS REGULATÓRIOS

| Descrição | Legislação Societária | |
|-----------------------------------|-----------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| CRF Neutralidade | 130.033,33 | 143.257,78 |
| PROCON e Neutralidade | 23.768,48 | 71.271,87 |
| TRT Neutralidade | 1.714,53 | 1.053,94 |
| Reservas Tarifárias Neutralizadas | - | - |
| P (LUCRO) - PRO - CONPRO | 1.481.214,83 | 1.121.982,97 |
| Total | 1.636.721,08 | 1.337.562,56 |

Valores registrados contabilmente a partir da assinatura do Ativo de concreto de concessão, conforme nota 04-4.

NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

| Descrição | Legislação Societária | |
|---|-----------------------|---------------------|
| | 2011 | 2010 |
| Serviços prestados a receber (*) | 104.432,11 | 187.018,08 |
| [-] Provisão contra Créditos | (24.858,22) | (88.802,49) |
| Adiantamento de férias | 80.727,27 | 42.847,60 |
| Salário por não pagar 2010 | 1.419,08 | 1.419,08 |
| Cheques e Parcelamentos a receber | 43.267,47 | 43.267,47 |
| Provisão de perdas de cheques e parcelamentos | (43.267,47) | (43.267,47) |
| Compromissamento de infraestrutura | 88.104,80 | 79.832,68 |
| Reserva do Fundo de LDB | 1.609.130,26 | 1.181.469,04 |
| Outros | 780,00 | 160,00 |
| Total | 1.709.668,29 | 1.481.153,88 |

[*] – Valor a receber referente à instalação de equipamentos de padrão de medição, que serão recebidos pela fatura mensal de cada consumidor que contratar o serviço.

NOTA 12 – IMOBILIZADO (INDIVISÍVEL E INTANGÍVEL)

Conforme determina a OCPC 02 e OCPC 03, os bens vinculados a contratos de concessão de serviço público devem ser classificados como Ativo Financeiro (indivisível e intangível).

| CONTAS | Legislação Societária | |
|---|-----------------------|----------------------|
| | 2011 | 2010 |
| Ativo Intangível (Permissão) | 20.602.088,08 | 20.602.088,08 |
| Bens não vinculados à permissão Intangível[*] | 61.887,34 | 61.887,34 |
| Total | 20.663.975,42 | 20.663.975,42 |

A partir de 2011, a nova regra pede que sejam reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo a OCPC 02, onde:

"De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos."

As obrigações especiais não são mais reduções do ativo imobilizado regulatório, desde a versão do MCE de 2013.

[*] Intangível

| CONTAS | 2011 | Ações | Bonos | Depreciação Acumulada | 2011 |
|---------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|----------------------|
| De Serviço | 43.742.146,49 | 28.311.179,22 | 10.009.951,98 | (26.291.271,68) | 55.571.105,01 |
| De Outros | 110.877,70 | - | - | (261.824,22) | 1.016,48 |
| De Outros | 60.401,40 | 63.380,77 | 1.118,25 | - | 124.899,42 |
| De Outros | 177.864,73 | 118.118,80 | 15.892,00 | (111.009,60) | 190.865,93 |
| De Outros e Compromissos | 60.883.878,77 | 170.102,76 | 113.096.801,28 | (10.871.148,72) | 163.313.633,09 |
| De Outros e Intangíveis | 315.127,11 | 4.107,59 | 18.896,72 | (261.287,90) | 55.843,52 |
| De Outros | 1.148.008,70 | 879.517,85 | - | (1.609.212,50) | 1.418.313,05 |
| De Outros | 28.878.802,88 | 82.298.887,08 | 26.008.962,70 | - | 1.319.703,67 |
| Total (Intangível) | 145.087.007,08 | 183.602.081,28 | 176.035,70 | - | 28.227.178,88 |

| CONTA | 2021 | Adições | Debitos | Demonstração Resumida | 2021 |
|----------------------------|----------------------|----------------------|------------------------|--------------------------|----------------------|
| Em Caixa | 660.814,36 | 517.262,64 | (200.196,00) | 977.880,99 | 660.814,36 |
| Software | 80.120,81 | 55.790,20 | | 135.911,01 | 80.120,81 |
| Móveis e Equipamentos | 671.954,80 | 189.181,17 | (152.411,10) | 708.724,87 | 671.954,80 |
| Móveis e Utensílios | 208.753,69 | 86.189,09 | (8.251,88) | 286.690,90 | 208.753,69 |
| Veículos | 224.676,11 | 117.893,72 | (101.699,61) | 240.869,22 | 224.676,11 |
| Em Curso | 8.260,88 | 218.966,28 | (119.120,90) | 107.106,26 | 8.260,88 |
| Total Administração | 660.814,36 | 708.494,34 | (401.077,99) | 968.230,70 | 660.814,36 |
| Total do Intangível | 66.188.671,71 | 87.892.196,48 | (87.607.127,40) | 66.473.740,79 | 66.188.671,71 |

As principais taxas anuais de depreciação por natureza e vida útil, de acordo com a Resolução ANCEL nº 874/2015 de 13/08/2015, são as seguintes:

| Descrição | Taxa Anual de Depreciação (%) |
|--|-------------------------------|
| Redes de transmissão (rede de tensão inferior a 69 kV) | 4,0% |
| Redes de transmissão (rede de tensão inferior a 69 kV) | 4,0% |
| Equipos de tensão de tensão inferior a 69 kV | 3,0% |
| Veículos leves | 3,0% |
| Regulador de tensão inferior a 69 kV | 4,0% |
| Transformador de força | 1,0% |
| Transformador de distribuição aérea | 1,0% |
| Administração | |
| Veículos | 11,0% |
| Equipamentos | 3,0% |
| Equipamentos geral | 6,0% |
| Equipamentos geral de transmissão | 10,0% |
| Software | 20,0% |
| Instalações e melhorias | 3,0% |

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

| Descrição | Legislação Societária | |
|------------------|-----------------------|-------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Investimentos | 1.731,16 | 1.731,11 |
| Ativo Intangível | 7.082,79 | 7.082,79 |
| Créditos | 160.182,72 | 151.602,13 |
| Dúvidas | 289,01 | 278,01 |
| Total | 169.285,68 | 160.694,14 |

NOTA 14 – FORNECIMENTOS

| Descrição | Legislação Societária | |
|--------------|-----------------------|-------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Materiais | 612.608,09 | 430.670,17 |
| Serviços | 58.898,17 | 24.370,08 |
| Total | 671.506,26 | 455.040,25 |

NOTA 10 – SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR

| Descrição | Legislação Societária | |
|--------------|-----------------------|-------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Empregados | 818.434,38 | 808.734,84 |
| Directores | 24.849,12 | 23.239,17 |
| Total | 843.283,50 | 831.973,99 |

NOTA 16 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

| CURTO PRAZO | Legislação Societária | |
|-------------------------------------|-----------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| IRIS – folha de pagamento | 301.738,90 | 294.381,66 |
| IRTS – folha de pagamento | 61.808,78 | 57.267,92 |
| IRRF – folha de pagamento | 571.530,68 | 594.709,42 |
| CSL | 1.481.424,88 | 1.175.685,38 |
| Contribuição FI – INSS/INSS/ACII | 17.179,30 | 21.141,15 |
| Contribuição FI – IRRF | 8.957,48 | 7.951,18 |
| FG – folha de pagamento | 7.787,88 | 7.188,42 |
| PS, CDPS, IRRF e CGL, não cooperado | 710,16 | 200,43 |
| Total | 2.469.878,54 | 2.278.805,58 |

| LONGO PRAZO | 2021 | 2020 |
|--------------|-----------------|-----------------|
| CSL | 1.274,08 | 1.274,08 |
| Total | 1.274,08 | 1.274,08 |

NOTA 17 – TAXAS REGULAMENTARES

| Descrição | Legislação Societária | |
|--|-----------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Quota de custo de desenvolvimento energético - CDE | 623.804,58 | 621.178,31 |
| Impostos em atividade energética - IEE | - | 186.499,42 |
| Taxa de fiscalização | 11.528,18 | 17.600,80 |
| Sanções de Fercal | 1.250.699,37 | 498.453,28 |
| Total | 1.895.972,13 | 1.323.731,81 |

NOTA 18 – PASSIVOS REGULATÓRIOS

| Descrição | Legislação Societária | |
|-------------------------|-----------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| PROFIT - Incurridos | 9.304,88 | 18.239,17 |
| TRSL | 2.277,65 | 4.000,34 |
| CSL Incurridos | 66.818,87 | 206.804,34 |
| Conta CCST - Benefícios | - | 1.064.493,36 |
| Total | 78.399,40 | 1.313.537,21 |

NOTA 19 – PROVISÃO PARA IRAS

| Descrição | Legislação Societária | |
|--------------|-----------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| IRIS | 233.790,28 | 171.910,89 |
| IRTS | 19.718,10 | 20.188,81 |
| IRL | 6.716,20 | 6.210,89 |
| Taxas | 871.421,18 | 877.205,89 |
| Total | 1.131.645,76 | 1.075.516,48 |

NOTA 20 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

| Descrição | Legislação Societária | |
|--|-----------------------|-------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Imp. à entrega/ Contrib. Contrib. ind./Imp. social | 4.843,79 | 3.999,28 |
| Debitos e Créditos de faturas | 6.897,67 | 7.200,09 |
| Créditos iluminação pública | 119.114,79 | 142.851,87 |
| Créditos a fornecedores e associações | 143.060,88 | 102.549,17 |
| Capital social a receber associado | 73.331,00 | 73.343,00 |
| Salários a receber | 28.847,81 | 28.843,81 |
| Devol. a efetuar/ Dupliquetes/ Débitos a receber | 10.820,34 | 14.401,97 |
| Deposito de crédito de ICMS a pagar – empresa | 11.111,87 | 11.111,84 |
| Dúvidas | 4.051,45 | 176.813,89 |
| Total | 691.814,88 | 696.088,92 |

NOTA 21 – CONTINGÊNCIAS TRIBUTARIAS

No exercício de 2020, a Cooperativa sofreu fiscalização da SRF – Secretaria de Receita Federal referente ao PIS – Programa de Integração Social e a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, em relação aos fatos geradores ocorridos de setembro de 2008 a junho de 2009, resultando no Auto de Infração nº 08.2.01.00-2009 (0004) no montante de R\$ 2.878.989,12 (dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte e dois centavos). Em março de 2021, houve julgamento favorável à COFISA, não havendo mais possibilidade de reconhecimento dessa obrigação tributária.

NOTA 22 – CAPITAL SOCIAL

Pertence inteiramente a associados domiciliados no país e está totalmente integralizado, correspondente a participação de 13.334 (treze mil trezentos e quatro associados) associados em 01/04/2021.

NOTA 23 – DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

As destinações estatutárias foram calculadas de acordo com o estatuto social, conforme quadro a seguir:

| Legislative Societate | |
|---|---------------------|
| Relevanță în Conform cu Art. 40(2) | |
| 2024 | |
| Rezultate financiare de bază | |
| Lucru Alti Niliu Corporation | 129.409,00 |
| Rezultate financiare de bază | 129.409,00 |
| Suma | 129.409,00 |
| Deduceri legale și contabilizate | |
| BATE | |
| * 100% din Lucru Corporativ (Art. 47) | 129.409,00 |
| * 10% din Rezultate financiare de bază (Art. 50) | 12.940,90 |
| Suma | 142.349,90 |
| Impozit legal | |
| * 10% din Rezultate financiare de bază (Art. 50) | 12.940,90 |
| Fonduri de Expansiune și Altele, Valoarea de Distribuție | 4.441.549,00 |
| Total din Deduceri Legale și Contabilizate | 4.454.490,80 |
| [2] Rezultate financiare de bază nete | 1.174.918,20 |

II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessárias na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados à nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e tendo em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigente.

Como novas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragens, não descartamos a hipótese de existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conteúdo do conteúdo deste relatório deve estar limitado à CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao seu dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atribuições:



Hermenegildo João Vasconcelos
Contador - CRC/SC 14.874/0-7

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC/SC 4.812



João Waldemar dos Santos
Contador - CRC/SC nº 19.364/0-2
CPF nº 026.815.109-77



Jonas Sparto
Perito em
CPF nº 026.871.224-28

3 – RELATÓRIO DOS AUDITORES E PARECER DO CONSELHO FISCAL

3.1 – Relatório dos auditores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da
CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
Turvo – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- São José (SC), 04 de fevereiro de 2022.



Irineu José de Jesus Varoni
Contador – CRC/SC 14.874/0-7

ALIANÇAS CONSULTORIA LTDA
Registro: CRC/SC 8.018

3.2 – Parecer Conselho Fiscal

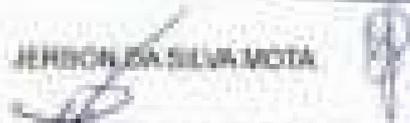
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, REALIZADA NO DIA 23 DO MÊS 03 MARÇO DE 2022.

Assim, em três dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte dois, às dezessete horas, na sede de reuniões desta Cooperativa, sito a Rua Leônidas Menezes, 1275, Barro São Luís, Teresopolis-Cariacás, CEP 88.980-000, CNPJ 06.912.870/0001-02, I.E. 250.249.537 e NRE 4340000091-5, reuniram-se extraordinariamente os membros efetivos do Conselho Fiscal – Coordenador – Sr. Osmar Minatto; Secretário Sr. Jerson Da Silva Mota; e o Membro Efetivo – Sr. Valdirton Rocha, com fins específicos para tratarem os assuntos relacionados a esta cooperativa, para aprovação do Relatório da Diretoria, Resoluções e Aprovação de contas relativas ao ano de 2021, de sua totalidade artigo 44º (quadragésimo quarto) item XI (décimo primeiro) do Estatuto Social. Após analisado os documentos e escritos o parecer das Auditorias Independentes, decidiram por unanimidade aprovar os balanços mensais e Balanço Geral, inclusive o Demonstrativo e Relatório do Conselho de Administração referente ao exercício anual encerrado em 31 de Dezembro de 2021, emitindo assim parecer e recomendando à Assembleia Geral Ordinária a sua aprovação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelo Coordenador Osmar Minatto e para constar, eu, Jerson da Silva Mota, Secretário, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, foi assinada por mim e demais membros presentes. TURVO (SC), 23 de Março de 2022.

Coordenador: **OSMAR MINATTO**



Secretário: **JERSON DA SILVA MOTA**



Membro Efetivo: **VALDIRTON ROCHA – Membro Efetivo**

4 – RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Itajaí, 05 de abril de 2023.

Itajaí, São Domingos da
CIUSA – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
Itajaí – SC

Prezados Senhores:

Em conexão com o exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, apresentamos nosso relatório sobre os exames realizados no período de 04 a 15 de abril de 2023, contendo recomendações destinadas ao aprimoramento e/ou fortalecimento dos controles e controles internos e dos procedimentos contábeis adotados pela Cooperativa.

Salientamos que os pontos aqui abordados não representam todos aqueles que uma revisão especial, mais extensa e direcionada poderia revelar, mas somente aqueles que visam ao nosso conhecimento no decorrer de nossos trabalhos normais de auditoria.

Resta oportuno, colocarmos nos seus autos o parecer de V. Saa. para prestar os esclarecimentos que forem julgados necessários.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresentamos nossos,

Cordiais Saudações,

HERMÍNIO DO
RUA

WANDERLEI DE OLIVEIRA

Associação de Índices de Qualidade
Código de Ética e Conduta
Política de Privacidade
Política de Segurança da Informação

Herminio do João Wanderle
Gênesis Oliveira

I - RELATÓRIO CONTROLES INTERNOS

Como parte integrante do trabalho desenvolvido por essa auditoria independente e atendendo ao que estabelece a Resolução Normativa No. 605/2014-SFT/ANEEL, fizemos as seguintes considerações:

II - COMENTÁRIOS SOBRE A EXTENSÃO DA REVISÃO E RECOMENDAÇÕES DESTINADAS AO APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS E DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EXTENSÃO DA REVISÃO

Consubstanciado no escopo de nossos trabalhos e, levando em conta a emissão de um relatório formal de auditoria na data base de 31 de dezembro de 2021, nossos trabalhos concentraram-se na avaliação dos sistemas de controles internos exercidos, considerando seus reflexos na apresentação e adequada divulgação das informações e registros contábeis.

Para fundamentar os trabalhos de auditoria relacionados ao exame das demonstrações contábeis, somos responsáveis por desenvolver nossos trabalhos em conformidade com os dispositivos das Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais incluem provas dos registros contábeis, da documentação e outros procedimentos que julgamos necessários nas circunstâncias.

Nesse sentido, apresentamos a seguir nossas constatações e recomendações destinadas ao aprimoramento e/ou fortalecimento dos sistemas de controles internos e dos procedimentos contábeis utilizados pela Cooperativa, as quais, entendemos, devem ser consideradas como subsídio pela Administração, no processo de melhoria destes controles.

Recebimentos/Pagamentos via Caixa:

A cooperativa utiliza-se de caixa apenas para pagamentos de pequeno valor, com saldo máximo de R\$ 2.000,00, sendo feita a reposição por cheque nominal. Não constatamos recebimento de faturas, as quais somente são recebidas via convênio bancário.

Constatamos ainda a existência de boletim de caixa diário, composto de saldo anterior movimentação do dia e saldo atual, no qual consta assinatura do responsável pelo caixa.

Conciliações Contábeis:

Para realização dos trabalhos, foram apresentadas conciliações contábeis detalhadas em planilhas, juntamente com os documentos físicos que deram suporte aos registros na contabilidade.

Todas as rubricas contábeis relevantes constam conciliação e apresentam saldo adequado. Nenhuma exceção encontrada.

Destacamos que a prática de se efetuar composição/conciliação dos saldos contábeis é uma eficaz ferramenta de controle interno, uma vez que, além de fortalecer os controles exercidos, permite identificar e corrigir eventuais divergências apuradas de forma tempestiva, propiciando assim a apresentação dos registros e informações contábeis com maior propriedade.

Inventário Físico:

Observamos que o almoxarifado encontra-se satisfatoriamente organizado, onde cada produto tem identificação do código do bem, para conferência com as requisições de saídas e demais itens de movimentação, salientamos que alguns materiais de grande porte estão acomodados de forma amontoada, impedindo a identificação física dos mesmos, ou seja, de difícil acesso até o bem.

Cabos e Transformadores:

Os transformadores estão em local coberto e organizados de acordo com a sua potência o que poderia facilitar sua contagem, entretanto existem transformadores de potencias e tamanho em locais diferentes.

As bobinas de cabos estão organizadas de forma adequada por ordem de tamanho, facilitando sua movimentação, não realizamos contagem dos cabos.

Pátio Postes:

Observamos que o local de armazenagem encontra-se limpo e organizado, estão separados por tamanho com identificação visível, facilitando a contagem e movimentação. Identificamos que, juntamente com esses postes que são destinados as obras de distribuição, estão estocados postes que serão utilizados na linha de transmissão, que está sendo construída por empresa terceirizada.

Demais itens

Procedemos a contagem física de demais itens como Haste Terra, Medidores, Isoladores, Cinta Circular, Para-Raios, Cruzetas entre outros.

Lembramos que sempre que haja movimentação de entrada ou saída dos postes, deve ser informado ao responsável do almoxarifado para efetuar os devidos lançamentos no sistema e, assim que ocorrer o seu recebimento ou baixa, manter todos os postes no mesmo local para facilitar a conferência.

Destacamos os materiais que apresentaram diferença no processo contagem por amostragem.

| Cód. | Nome | Quant. | Contagem | Val. | Ajustes * | Inf. Ajustada |
|-------|----------------------------------|--------|----------|-------|-----------|---------------|
| 100 | CRUZETA DE AÇO 1,90 M | 120 | 18 | 1800 | | 1800 |
| 13113 | CINTA CIRCULAR 240 MM | 52 | 39 | 1250 | | 1250 |
| 13115 | CINTA CIRCULAR 300 MM | 34 | 7 | 1175 | | 1175 |
| 1020 | MÃO FLEXIVEL A REPTILADOR 7,25mm | 200 | 80 | 11111 | 100 | 11111 |
| 110 | CINTA CIRCULAR 350 MM | 11 | 8 | 290 | | 290 |
| 110 | POSTE DE 11 X 500 dm | 32 | 20 | 1100 | 8 | 1108 |
| 1144 | POSTE DE 9 X 500 dm | 49 | 39 | 541 | 1 | 542 |
| 1160 | Cabo PSCA 25 kv - 100 A | 88 | 11 | 1200 | 27 | 1227 |
| 1144 | POSTE DE 11 X 500 dm | 61 | 48 | 1340 | 17 | 1357 |
| 1010 | POSTE DE 10 X 500 dm | 20 | 20 | 511 | | 511 |
| 1070 | POSTE DE 11 X 500 dm | 18 | 18 | 540 | 0 | 540 |
| 110 | POSTE DE 11 X 500 dm | 14 | 18 | 510 | | 510 |

* Ajustes por conta de requisições que não foram processadas, não atualizando o saldo de estoque do sistema, de materiais que já saíram fisicamente do almoxarifado.

Recomendamos que seja realizado inventário físico pelo menos duas vezes ao ano, sendo um deles perto do final do ano, a fim de validar os saldos destes estoques, para efeito de confirmação de informação às Demonstrações Contábeis anuais.

Ambiente de Controle Interno:

Em nossa avaliação, a entidade possui controles internos adequados diante de sua estrutura operacional e complexidade das operações, especialmente com relação à observação das práticas contábeis e controles auxiliares.

A entidade possui como elementos básicos de seus controles as seguintes instituições:

- Estatuto social
- Conselhos de administração e fiscal
- Regimento interno
- Departamento de informática
- Departamento de contabilidade
- Auditoria independente

A cooperativa possui política de treinamento e conscientização do corpo funcional a respeito dos riscos e controle internos, se utilizando do programa de treinamento disponibilizado pelo SESCOOP em parceria com a FECONRUC.

Monitoramento Contábil e Fiscal:

O monitoramento contábil e fiscal é executado pela área contábil, mediante revisões mensais de aspectos contábeis, controles internos, aspectos fiscais, tributários e aspectos societários.

As técnicas de monitoramento utilizadas abrangem os seguintes procedimentos:

- Conciliação geral de contas
- Contagem física de bens e valores
- Revisão de aspectos fiscais e tributários
- Análises comparativas
- Revisão de aspectos societários
- Preparação de demonstrações contábeis

Monitoramento Operacional:

O monitoramento operacional é realizado pelo departamento técnico sob a responsabilidade de um Engenheiro Eletricista e supervisão direta do Presidente.

Softwares:

A cooperativa utiliza software de gestão desenvolvido pela empresa Ugoal Software Ltda. O programa contém um módulo denominado Atendimento, o qual registra todas as solicitações de serviços de manutenção de redes de distribuição. Ao final de cada período mensal, são emitidos relatórios dos atendimentos realizados para fins de análise e avaliação em reunião do Conselho de Administração e para compor a relatório anual de prestação de contas da administração.

Documentação Legal

Atas de Assembleias Gerais

As assembleias gerais são realizadas regularmente dentro dos primeiros três meses do exercício subsequente ao de encerramento. As deliberações observam regularmente o que determina a lei cooperativista e o estatuto social da cooperativa, em 2021 a AGO da prestação de contas do exercício de 2020 foi realizada em 19 de abril de 2021.

As atas são regularmente elaboradas e encaminhadas a JUCESC para registro.

Estatuto Social

O Estatuto Social vigente possui disposições atualizadas considerando sua última alteração ocorrida na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2019, registrado na JUCESC em 05 de agosto de 2019, sob número 20196012139.

Do Conselho de Administração

O conselho vem deliberando assuntos de sua competência e reunindo-se com a regularidade prevista no estatuto social, as decisões tomadas são lavradas em ata eletrônica. Verificamos que o conselho vem cumprido o determinado em estatuto social, uma vez que vem atendendo as determinações da assembleia, efetuando o planejamento e traçando normas para as operações e serviços da cooperativa e controlando seus resultados.

O atual conselho foi eleito em 29 de março de 2019, com mandato de 4 anos até março de 2023.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne-se mensalmente e delibera de acordo com o que determina o Estatuto Social, emitindo uma ata de forma eletrônica com as deliberações tomadas. Efetuando a análise da documentação referente ao balanço de mês anterior a reunião.

Verificamos que o conselho vem emitindo parecer referente às contas do exercício financeiro, emitindo parecer aprovando as contas e o resultado do exercício, recomendando a aprovação pela assembleia.

O conselho fiscal eleito em 19 de abril de 2021, terá mandato até a próxima assembleia em 2022, quando se realizará AGO para prestação de contas do exercício de 2021, bem como eleição dos novos membros.

Prestação de Contas

A prestação anual de contas obedece ao disposto no art. 44 da Lei 5.764/71, oferecendo volume considerável de informações sobre as atividades da cooperativa em seu relatório de gestão. O exercício contábil de 2020 foi aprovado em AGO na assembleia de 19 de abril de 2021.

Provisão para Devedores Duvidosos:

O registro contábil da provisão é suportado pelo Sistema USFALL. Verificamos que o montante provisionado na contabilidade, posição 31/12/2021, atende o que dispõe a Resolução do ANEEL, conforme demonstramos a seguir:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, há mais de 360 dias.

Inadimplência

De acordo com os relatórios em 31/12/2021, a cooperativa possuía um total de operações correntes vencidas de R\$ 1.411 mil. Este montante representa 12,75% do total das Operações de Fornecimento de Energia e Serviços.

| Desdobramento | R\$ Mil | Porcentual |
|--|----------------|-------------------|
| Vencidas | 1.411 | 12,75% |
| A vencer | 9.609 | 87,25% |
| Total das faturas em aberto | 11.020 | 100,00% |
| (PLUS faturas) | (704) | |
| Parcelamentos vencidos e a vencer | 607 | |
| (PLUS Parcelamentos) | (200) | |
| Total Créditos líquidos 2021 | 10.573 | |

| Descrição | VALORES CONTRATUAIS | | | | | | | VALORES EFETIVADOS | | | | | Total 2021 | Total 2020 |
|-----------------------------------|---------------------|--------------------|--------------------|-----------------|-----------------|--------------------|-------------------------------|----------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|-------------------------------|---------------|--------------|
| | CONTRATO A VENCER | | CONTRATO EFETIVADO | | | | | REEMBOLSADA A VENCER | | REEMBOLSADA EFETIVADA | | | | |
| | Até 30 dias | Maiores de 30 dias | Até 30 dias | De 31 a 60 dias | De 61 a 90 dias | Maiores de 90 dias | Provisão de Despesas Despesas | Até 30 dias | Maiores de 30 dias | Até 30 dias | Maiores de 30 dias | Provisão de Despesas Despesas | | |
| Investimentos de Terceiros | 9.000 | - | 794 | 0 | 16 | 493 | (794) | 324 | 0 | 77 | 113 | (200) | 10.370 | 9.227 |
| Despesa com | 1.344 | - | 321 | 0 | 10 | 194 | (321) | 0 | 0 | 0 | 0 | (321) | 1.344 | 1.344 |
| Industrial | 1.700 | - | 0 | - | - | 0 | (0) | 0 | - | 0 | 0 | (0) | 1.700 | 1.700 |
| Comercial | 200 | - | 200 | 0 | 0 | 0 | (200) | 0 | 0 | 0 | 0 | (200) | 200 | 200 |
| Banc | 1.844 | - | 321 | 0 | 0 | 0 | (321) | 0 | - | - | - | (321) | 1.844 | 1.844 |
| Proteção Patentes | 0 | - | 0 | - | - | - | (0) | - | - | - | - | - | 0 | 0 |
| Remuneração Patentes | 0 | - | - | - | - | 0 | (0) | - | - | - | - | - | 0 | 0 |
| Despesa Patentes | 0 | - | 0 | - | - | - | (0) | - | - | - | - | - | 0 | 0 |
| Despesa Taxas | 0 | - | - | - | - | - | (0) | - | - | - | - | - | 0 | 0 |
| Investimentos não Patentes | 2.000 | - | - | - | - | - | (0) | - | - | - | - | - | 2.000 | 2.000 |
| Receita Despesas de Capitalização | 0 | - | - | - | - | - | (0) | - | - | - | - | - | 0 | 0 |
| Total | 9.000 | - | 794 | 0 | 16 | 493 | (794) | 324 | 0 | 77 | 113 | (200) | 10.370 | 9.227 |

III - Considerações Finais

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem na extensão e profundidade julgada necessárias na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativistas vigentes.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,

HERMENEGILDO JOÃO VANONI
VANONI-09681045913

Heremegildo João Vanoni
Contador - CRC-SC 14.874/0 -7

ADVICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012

5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS

5.1 – Balanço Patrimonial

| ATIVO | | 2021 | 2020 |
|---|-----------|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | 24.524 | 27.453 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 8.352 | 8.362 |
| Consumíveis | F | 10.573 | 8.517 |
| Serviços em curso | | 667 | 642 |
| Tributos compensáveis | | 648 | 835 |
| Ativo a ser realizado operacional | | 672 | 541 |
| Adiantamentos | | 1.321 | 4.813 |
| Ativos regulatórios | | 1.589 | 1.578 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 136 | 100 |
| Doutros ativos circulantes | | 1.381 | 1.813 |
| NÃO CIRCULANTE | | 98.179 | 79.985 |
| Tributos compensáveis | | 174 | 151 |
| Depósitos judiciais e negociações | | 3 | 3 |
| Participações societárias | | 308 | 342 |
| Imóvel não | B | 87.523 | 79.224 |
| Intangível | B | 93 | 42 |
| TOTAL DO ATIVO | | 122.703 | 107.438 |
| PASSIVO | | 2021 | 2020 |
| CIRCULANTE | | 11.432 | 6.702 |
| Fornecedores | | 3409 | 428 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 1.880 | 1.579 |
| Tributos | | 1.497 | 1.188 |
| Dívidas decorrentes e juros sobre capital próprio | | 73 | 23 |
| Empreços operários | | 3.813 | 1.279 |
| Passivos regulatórios | | 78 | 1.513 |
| Despesas a realizar | | 684 | 500 |
| NÃO CIRCULANTE | | 3.237 | 2.874 |
| Provisão para litígios | | 26 | 44 |
| Obrigações estruturadas a prazo | B | 3.200 | 2.833 |
| Doutros passivos não circulantes | | 1 | 1 |
| RETRAIÇÃO LÍQUIDA | 18 | 107.946 | 97.771 |
| Capital social | | 189 | 179 |
| Reservas de capital | | 1.258 | 1.258 |
| Reserva regulatória computável | | 6.950 | 7.429 |
| Reservas de caixa | | 54.576 | 81.277 |
| Sócia e disposição de AGD | | 4.793 | 1.655 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 122.703 | 107.438 |

5.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado Regulatório

| | | 2021 | 2020 |
|--|------------|-----------------|-----------------|
| Receita / Ingresso | II | 94.075 | 72.438 |
| Fornecimento de Energia Elétrica | | 45.096 | 24.988 |
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição | | 25.857 | 33.577 |
| Ativos e passivos regulatórios | | 1.982 | 188 |
| Serviços cobrados | | 50 | 23 |
| Doações, contribuições e subvenções | | 36.755 | 14.182 |
| Tributos | | (16.264) | (13.897) |
| ICMS | | (14.437) | (13.399) |
| P. E. CONTRA | | 68 | 100 |
| IR | | 69 | 148 |
| Encargos - "Parcela A" | | (12.483) | (7.776) |
| Costa de Desenvolvimento Econômico - CDE | | (7.337) | 16.983 |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE | | (148) | (133) |
| Outros Encargos | | (5.038) | (939) |
| Receita Líquida / Ingresso Líquido | | 59.425 | 61.567 |
| Costos não Generalizáveis - "Parcela A" | | (12.794) | (17.879) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (11.758) | (17.528) |
| Resultado Antes dos Custos Generalizáveis | | 46.631 | 43.688 |
| Costos Generalizáveis - "Parcela B" | | (12.146) | (16.413) |
| Pessoal e Administrativos | III | (9.238) | (8.748) |
| Materiais | | (2.280) | (2.057) |
| Serviço de Terceiros | | (538) | (536) |
| Arrendamentos e Aluguel | | (527) | (883) |
| Seguros | | (38) | (38) |
| Provisões | | (134) | (32) |
| (-) Recuperação de Deprecias | | 86 | 97 |
| Tributos | | (156) | (149) |
| Depreciação e Amortização | | (3.983) | (3.843) |
| Gastos Diversos | | (1.303) | (887) |
| Outros Resultados Operacionais | | 1.495 | 1.461 |
| Outros Despesas Operacionais | | (5.138) | (896) |
| Resultado de Atividade | | 3.485 | 7.126 |
| Resultado Financeiro | | 1.112 | 819 |
| Despesas Financeiras | | (88) | (387) |
| Resultos Financeiros | | 1.200 | 1.213 |
| Resultado Antes dos Impostos sobre os Lucros | | 4.597 | 7.945 |
| Despesas com Impostos sobre os Lucros | | (138) | (351) |
| Resultado Líquido do Exercício | | 4.459 | 7.594 |

5.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório

| TÍTULOS | VALOR INICIAL (R\$) | AUMENTO DE CAPITAL - Reservas e Subvenções | VALORES DE CAPITAL DE TERCEIROS | AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPLEMENTAR | VALORES DESTINADOS A RESERVAÇÃO | RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS | | | | | VALORES DESTINADOS A RESERVAÇÃO DE RISCO | TOTAL |
|---|---------------------|--|---------------------------------|------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|--------------|-------------------------|-----------------------|---------------|--|---------------|
| | | | | | | RECURSOS DE EXERCÍCIO ANTERIOR | ANEXO | RECURSOS DE IMPLANTAÇÃO | RECURSOS DE EXERCÍCIO | TOTAL | | |
| SALDO INICIAL (R\$) | 171 | 1.123 | 7.123 | 1.899 | 993 | 9.128 | 9.128 | 91.797 | 11.699 | 92.824 | 1.797 | 95.997 |
| 1 - AUMENTO DE CAPITAL | | | | | | | | | | | | |
| - Integração de demonstração de balanço | 0 | | | | | | | | | 0 | | 0 |
| 2 - AUMENTO DE CAPITAL | | | | | | | | | | | | |
| - Contribuições obrigatórias | | | | | | 667 | 667 | 6.279 | | 664 | 15.123 | 0 |
| - Contribuições de 3º | | | 17.899 | | | | | 15.123 | 171.099 | 6.667 | 15.733 | 179 |
| 3 - DIMINUIÇÃO DE CAPITAL | | | | | | | | | | | | |
| - Redução de capital | | | | | | | 1.111 | | | 1.111 | 0 | 1,111 |
| - Redução de reservas e capitalização patrimonial | | | | 1.897 | 0 | | | 1,897 | | 0 | 1,897 | 0 |
| - Aplicações em operações administrativas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| 4 - OUTRAS OPERAÇÕES PATRIMONIAIS | | | | | | | | | | 0 | 1.000 | 1.000 |
| SALDO FINAL (R\$) | 171 | 1.123 | | 1.899 | - | 9.128 | 9.128 | 91.797 | | 92.776 | 1.897 | 97.176 |
| 1 - AUMENTO DE CAPITAL | | | | | | | | | | | | |
| - Integração de demonstração de balanço | 0 | | | | | | | | | 0 | | 0 |
| 2 - AUMENTO DE CAPITAL | | | | | | | | | | | | |
| - Contribuições obrigatórias | | | | | | 1.111 | 1,111 | 6.279 | | 664 | 15.123 | 0 |
| - Contribuições de 3º | | | | | | | | 15,123 | | 664 | 15,733 | 0 |
| 3 - DIMINUIÇÃO DE CAPITAL | | | | | | | | | | | | |
| - Redução de capital | | | | | | | 1,111 | | | 1,111 | 0 | 1,111 |
| - Redução de reservas e capitalização patrimonial | | | | 1,897 | 0 | | | 1,897 | | 0 | 1,897 | 0 |
| - Aplicações em operações administrativas | | | | | | | | | | 0 | 0 | 0 |
| 4 - OUTRAS OPERAÇÕES PATRIMONIAIS | | | | | | | | | | 0 | 1,000 | 1,000 |
| SALDO FINAL (R\$) | 171 | 1.123 | | 1.899 | - | 9.128 | 9.128 | 91.797 | | 92.776 | 1.897 | 97.176 |

5.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa Regulatórios

| | 2021 | 2020 |
|--|-----------------|-----------------|
| SOMAS LÍQUIDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DESTINAÇÃO | 11.885 | 8.011 |
| Somas do exercício | 11.885 | 8.011 |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | 5.505 | (618) |
| Redução (Aumento) de consumidores associados | (2.036) | 173 |
| Redução (Aumento) de impostos a recuperar | 167 | 292 |
| Redução (Aumento) de estoques | (131) | (225) |
| Redução (Aumento) de adiantamentos | 3.432 | (212) |
| Redução (Aumento) de serviços em curso | (6) | (68) |
| Redução (Aumento) de ativos regulatórios | (215) | (46) |
| Redução (Aumento) de outras contas a receber | (400) | (130) |
| Aumento (Redução) de fornecedores | 1.831 | 266 |
| Aumento (Redução) de obrigações sociais | 88 | 48 |
| Aumento (Redução) de impostos e contrib. diversas | 312 | (44) |
| Aumento (Redução) de taxas regulatórias | 3.548 | 100 |
| Aumento (Redução) de passivos regulatórios | (1.230) | 53 |
| Aumento (Redução) de processos civis a pagar | 69 | (78) |
| Aumento (Redução) de outros débitos | (305) | (997) |
| CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES | 16.608 | 7.393 |
| IRPJ E CSLL | (136) | (101) |
| CAIXA LÍQUIDA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES | 16.472 | 7.292 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | (17.714) | (18.428) |
| (Aumento) Redução dos investimentos | (26) | (61) |
| (Aumento) Redução do imobilizado | (18.099) | (18.014) |
| (Aumento) Redução do intangível | (40) | (4) |
| (Aumento) Redução de obrigações vinc. a permítela | 483 | 456 |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (786) | 803 |
| Aumento (Redução) de Reservas | (787) | 803 |
| Aumento (Redução) do capital social | 7 | 9 |
| AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES | (1.242) | (1.136) |
| Disponibilidades no início do exercício | 8.884 | 14.242 |
| Disponibilidades no final do exercício | 6.903 | 8.884 |

5.5 – Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Fecidos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

III – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa tem por objetivo principal a distribuição de energia elétrica, para uso residencial, comercial, rural ou industrial, de modo a atender exclusivamente seus consumidores, podendo, porém, ter por objetivo os serviços ligados diretamente ao fornecimento de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 3.764, de 28 de dezembro de 1971, que regulamentou o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Distribuição de energia elétrica atendida, manutenção e operação das linhas de transmissão e distribuição em seus consumidores.

A personalidade detém permissão válida até o ano 2026 para a distribuição de energia elétrica em 21 (vinte) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da CERSA, e nos outros 16 (seis), a permissão é dividida com outras empresas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Torres, Meleiro, Orma, Morro Grande e Timbó do Sul, e parcialmente em, Itapiranga, Maremaçá, Iacanga, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Venéza, atendendo a mais de 18,2 mil unidades consumidoras distribuídas em 126 localidades.

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, esta Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistente em dois componentes: (I) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A") e (II) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambos os parciais são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subseqüentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Parcela A, e tem de determinar o ajuste de inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subseqüente. Este revisão poderá resultar num ajuste escalon com valor positivo, zero ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, se necessário para fornecimento de energia elétrica (isto é, um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação). Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2021, a Companhia pode agora requerer reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que afetem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais de natureza (isto é, ajuste de custo de energia comprada, reajustes sobre o custo de ajuste de inflação local) também são permitidos para serem ajustados por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se for necessário compensar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

III – BASE DE RECONSTRUÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de princípios contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias das Empresas Federais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em milhares de reais)

espeleadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias de autogestão. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para Fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativo em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, foram necessários seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças serão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

08 – PRÁTICAS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, e ajustadas quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativo e passivo financeiro setorial: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de débitos nativos custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Segundo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destas custos como ativo e passivo financeiro setorial, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será futurizada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula parametrizada definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo financeiro setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelos repasses e reajustes tarifários, a que geram valores de ativo e passivo regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2024.

Em 20 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu adotar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização dos diferencas temporais, cujo valores são imputados essencialmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – parcela A e outros componentes financeiros, incluídas no processo que estabelece o denominado índice de reajuste tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-RT/SCT/SEM/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTO 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir do início (anistesia) das Concessionárias e Permissonárias nos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo decorri dos originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impedíveis para o reconhecimento de um ativo e passivo.

Conforme consta do CTO 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referido ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, deverão ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Fimem em 31 de Dezembro de 2023 e 2020 (valores expressos em milhares de reais)

A Cersul assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota "10" e "19" das demonstrações contábeis societárias, à partir do exercício social 2015.

Imobilizado em serviços: Registrado ao custo de aquisição na construção, acrescidos do valor de reavaliação registrada em 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premisa de constância de utilização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da suberga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor de venda e o custo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em juros: Os custos de administração central capitalizáveis são apropriados mensalmente, em amortizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal para os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrupa mensalmente os custos de aquisição do imobilizado em juros ou juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou construção de ativos qualificados considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data de capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor dos dispêndios de juros apurados no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia são incluídas parte dos custos de administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição na aquisição. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incidentes, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são incorporados às amortizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Utilizações especiais vinculadas à concessão: São representadas pelos valores nominais ou fees recebidos de consumidores das concessionárias e de concessionárias não concessionárias das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: É realizada proporcionalmente à depreciação, base na alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência de parcela realizada para lucros acumulados líquidos dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fim de contabilidade societária, a Lei 11.838/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 sob o passifivo realístico. A reavaliação contábil foi estabelecida pela ANEEL e foi registrada em 2014.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias das Distribuidoras Fideis em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em milhares de reais)

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades de Distribuição é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não-faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda atualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não-faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em milhares de reais)

DE – CONSUMIDORES, PERMISSIVÁRIA E CONCESSIONÁRIAS

Composição das Cartas e Receber

| DESCRIÇÃO | VALORES CORRENTES | | | | | | | VALORES RENEGOCIADOS | | | | | Total 2021 | Total 2020 |
|---------------------------------|-------------------|-----------------------|------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|---------------------------------------|----------------------|--------------------|---------------------|--------------------|--|---------------|---------------|
| | CORRENTE A VENCER | | CORRENTE VENCIDA | | | | | RENEGOCIADA A VENCER | | RENEGOCIADA VENCIDA | | | | |
| | Até 60 dias | Mais de 60 dias | Até 90 dias | De 91 a 180 dias | De 181 a 360 dias | Mais de 360 dias | Provisão a/ Devedores Duvidosos | Até 60 dias | Mais de 60 dias | Até 90 dias | Mais de 90 dias | Provisão a/ Devedores Duvidosos | | |
| Fornecimento de Energia | 9.659 | - | 295 | 8 | 16 | 662 | (704) | 289 | 6 | 77 | 115 | (188) | 10.573 | 8.517 |
| Residencial | 1.164 | - | 215 | 5 | 10 | 146 | (162) | 6 | 2 | 4 | 18 | (12) | 1.409 | 1.262 |
| Industrial | 1.789 | - | 176 | - | - | 454 | (474) | 129 | - | 69 | 89 | (211) | 2.012 | 2.744 |
| Comercial | 886 | - | 116 | 1 | 2 | 81 | (84) | 40 | 4 | 4 | 15 | (18) | 1.029 | 765 |
| Rural | 1.185 | - | 217 | 2 | 4 | 59 | (50) | 129 | - | - | - | (18) | 2.512 | 1.859 |
| Postais Póstais | 98 | - | 1 | - | - | - | (1) | - | - | - | - | - | 98 | 98 |
| Remessa Pública | 274 | - | - | - | - | 11 | (12) | - | - | - | - | - | 274 | 281 |
| Serviço Público | 42 | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 43 | 19 |
| Serviço Taxado | 11 | - | - | - | - | - | (1) | - | - | - | - | - | - | (4) |
| Fornecimento Não-Faturado | 1.059 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.059 | 1.539 |
| Outros Créditos de Consumidores | 182 | - | - | - | - | - | (81) | - | - | - | - | - | 101 | 217 |
| Total | 9.659 | - | 795 | 8 | 16 | 662 | (704) | 289 | 6 | 77 | 115 | (188) | 10.573 | 8.517 |

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Reguladoras dos Exercícios Finais em 31 de Dezembro de 2022 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

05 – IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado é como segue:

| Ativo Imobilizado em Exercício - R\$ Mil | Valor Bruto em 31/12/2022 | Acúmulos (R) | Reserva (R) | Valor Bruto em 31/12/2021 | Acúmulos Liquidados (R) (2021) | Depreciação Resum. | Valor Líquido em 31/12/2021 | Valor Líquido em 31/12/2020 | Obrigações Especiais Exatas | Amort. Resum. | Obrigações Especiais Liquidadas |
|--|---------------------------|--------------|----------------|---------------------------|--------------------------------|--------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|---------------|---------------------------------|
| Demonstração | 61.807 | 8.277 | (8.877) | 66.661 | 11.594 | (16.860) | 41.207 | 60.462 | (3.214) | - | (3.214) |
| Terrenos | 188 | - | - | 188 | - | - | 188 | 188 | - | - | - |
| Edificações, obras em andamento | 202 | - | - | 202 | - | 213 | 213 | 113 | - | - | - |
| Maquinário e equipamentos | 60.417 | 7.756 | (8.877) | 65.270 | 11.594 | (16.647) | 48.119 | 58.876 | (3.214) | - | (3.214) |
| Veículos | 1.294 | 825 | - | 1,375 | 825 | (11.001) | 1,199 | 825 | - | - | - |
| Móveis e utensílios | 271 | 1 | (18) | 330 | (18) | (575) | 71 | 71 | - | - | - |
| Administrativo | 1.860 | 826 | (124) | 1,360 | 86 | (1.600) | 726 | 824 | - | - | - |
| Maquinário e equipamentos | 672 | 29 | (15) | 786 | 28 | (1,711) | 104 | 696 | - | - | - |
| Veículos | 180 | 718 | (132) | 861 | 81 | (18) | 718 | 718 | - | - | - |
| Móveis e utensílios | 110 | 1 | (18) | 191 | (8) | (1,164) | 90 | 118 | - | - | - |
| Computação | 12 | - | - | 12 | - | (8) | 4 | 11 | - | - | - |
| Maquinário e equipamentos | 17 | - | - | 17 | - | (8) | 9 | 11 | - | - | - |
| Total | 61.807 | 8.276 | (8.232) | 66,286 | 11,768 | (16,860) | 41,214 | 60,467 | (3,214) | - | (3,214) |

| Ativo Imobilizado em Exercício - R\$ Mil | Valor Bruto em 31/12/2022 | Acúmulos (R) | Reserva (R) | Previd. R1 | Valor Bruto em 31/12/2021 | Acúmulos Liquidados (R) (2021) | Depreciação Resumada | Valor Líquido em 31/12/2021 | Valor Líquido em 31/12/2020 | Obrigações Especiais Exatas | Amortização Resumada | Obrigações Especiais Liquidadas |
|--|---------------------------|---------------|----------------|-----------------|---------------------------|--------------------------------|----------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|----------------------|---------------------------------|
| Demonstração | 18.221 | 24.241 | (7) | (40.240) | 25.286 | - | - | 41.288 | 1.267 | - | - | - |
| Maquinário e equipamentos | 18.401 | 45.171 | 175 | (27.898) | 63,520 | - | - | 80,793 | 1,276 | - | - | - |
| Veículos | 1,292 | 16,425 | 0 | (15,833) | 2,317 | - | - | 1,757 | 1,275 | - | - | - |
| Administrativo | 76 | 702 | - | (1,901) | 0 | 248 | - | 0 | - | - | - | - |
| Maquinário e equipamentos | 69 | 18 | 0 | (1,9) | - | 18 | - | 1 | - | - | - | - |
| Veículos | 7 | 684 | 0 | (1,782) | - | - | - | 0 | - | - | - | - |
| Total | 18,221 | 24,241 | (7) | (40,240) | 25,286 | 278 | - | 41,288 | 1,267 | - | - | - |
| Total do Ativo Imobilizado | 112,526 | 47,386 | (8,305) | (40,832) | 122,751 | 11,768 | (16,433) | 67,621 | 64,894 | (3,214) | - | (3,214) |

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Fimam em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Composição do Imobilizado, conforme segue:

| Imobilizado (R\$ mil) | Valor Bruto em 31/12/2021 | Adições (R\$) | Baixas (R\$) | Transfer. (R\$) | Valor Bruto em 31/12/2020 | Adições Liquidas (R\$-R\$-R\$) | Depreciação Acumulada | Valor Liquidos em 31/12/2021 | Valor Liquidos em 31/12/2020 |
|-------------------------------------|---------------------------|---------------|--------------|-----------------|---------------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------------------|------------------------------|
| Ativo Imobilizado em Serviço | | | | | | | | | |
| Distribuição | 666 | - | - | - | 666 | - | 666 | 113 | 113 |
| Administração | 66 | 67 | - | - | 137 | 61 | 276 | 66 | 66 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total do Ativo Imobilizado | 732 | 67 | - | - | 803 | 61 | 942 | 179 | 179 |

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

| Distribuição - Máquinas e Equipamentos (R\$ mil) | Valor Bruto em 31/12/2021 | Adições (R\$) | Baixas (R\$) | Valor Bruto em 31/12/2020 | Adições Liquidas (R\$-R\$-R\$) |
|--|---------------------------|---------------|--------------|---------------------------|--------------------------------|
| Ativo Bruto | 66.618 | 7.655 | (3.079) | 69.600 | 4.684 |
| Transferências da Distribuição | 11.801 | 1.117 | (108) | 12.714 | 629 |
| Módulos | 6.276 | 667 | (164) | 6.639 | 118 |
| Redes Rádio Terrestre (r. 1.4 6V) | 37.625 | 1.965 | (276) | 38.215 | 1.689 |
| Redes Rádio Terrestre (r. 1.4 6V e 44 6V) | 25.143 | 3.923 | (255) | 28.600 | 3.678 |
| Redes Ativa Terrestre (60 6V) | 718 | - | (2) | 718 | 1 |
| Subestações Ativa Terrestre (potência de 60 6V) | 6.425 | - | (2) | 6.424 | 1 |
| Baixas Adquiridas e Equipamentos | 18.734 | 34 | (1.834) | 16.934 | 1.818 |

Taxas anuais médias de depreciação:

| Em serviço | 2021 | | | 2020 | |
|-----------------|-----------------------------------|---------------|-------------------------------------|----------------|----------------|
| | Taxa Anual média de depreciação % | Base | Depreciação e Amortização Acumulada | Valor Liquidos | Valor Liquidos |
| Distribuição | 9 | 66.667 | (18.861) | 63.082 | 60.051 |
| Custo Histórico | 3,75 | 66.600 | (12.241) | 57.600 | 53.601 |
| Reavaliação | 9,82 | 11.117 | (6.762) | 6.357 | 6.950 |
| Administração | 4 | 1.664 | (442) | 714 | 618 |
| Custo Histórico | 6,28 | 1.251 | (151) | 691 | 618 |
| Reavaliação | (1,14) | (87) | (81) | (169) | (91) |
| Comercialização | - | - | - | - | 11 |
| Custo Histórico | - | - | - | - | 11 |
| Total | 13 | 88.210 | (26.611) | 64.885 | 60.627 |
| Em zeros | | | | | |
| Distribuição | - | 66.667 | - | 63.082 | 60.051 |
| Administração | - | 6 | - | 6 | 17 |
| Total | - | 66.673 | - | 63.088 | 60.068 |

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Finais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

Composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

| Adições de Ativos realizadas em 2021 - R\$, mil | Materiais/ Equipamentos | Serviços de Terceiros | Mão de obra própria | Outros gastos | Total |
|---|-------------------------|-----------------------|---------------------|---------------|---------------|
| Máquinas e Equipamentos | 17.468 | 11.800 | 644 | 105 | 30.017 |
| Móveis e Utensílios | 3 | | | | 3 |
| Veículos | 1.033 | 3 | | | 1.036 |
| A Retardar | | | 118 | 181 | 307 |
| Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais | 109 | 343 | | | 452 |
| Materiais em Depósito | 7.485 | | | | 7.485 |
| Compras em Andamento | 7.289 | | | | 7.289 |
| Total das Adições | 61.677 | 24.146 | 762 | 286 | 86.871 |

De acordo com os artigos 13 e 14 do Decreto nº 41.505 de 26 de fevereiro de 1957 e alterações, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados e estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As principais taxas anuais de depreciação por mansuetude, de acordo com a Resolução ANEEL, nº 174 de 2013, são as seguintes:

| Identificação | Porcentagem |
|--|-------------|
| Banco de capacitores (resolução ANEEL nº 07/07) | 6,07 |
| Fluxo de distribuição (resolução ANEEL nº 07/07) | 6,07 |
| Condutor de energia (resolução ANEEL nº 07/07) | 3,31 |
| Estação de energia (resolução ANEEL nº 07/07) | 3,31 |
| Regulador de tensão (resolução ANEEL nº 07/07) | 4,26 |
| Transformador de distribuição (resolução ANEEL nº 07/07) | 4,00 |
| Administração central | |
| Equipamentos | 6,31 |
| Veículos | 14,29 |

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao investimento em serviço no exercício foram:

| Descrição | Valor em R\$ |
|--|--------------|
| 2021 - Investimentos em Bens Materiais | 204.176,75 |
| 2021 - Investimentos em Bens Intangíveis | 161.372,14 |
| 2021 - Investimentos em Bens Materiais em Bens Materiais Intangíveis | 134.361,00 |
| 2021 - Investimentos em Bens Materiais em Bens Materiais | 104.128,00 |
| 2021 - Investimentos em Bens Materiais em Bens Materiais | 438.128,13 |
| 2021 - Investimentos em Bens Materiais em Bens Materiais | 367.128,00 |
| 2021 - Investimentos em Bens Materiais em Bens Materiais | 367.128,00 |
| 2021 - Investimentos em Bens Materiais em Bens Materiais | 367.128,00 |
| 2021 - Investimentos em Bens Materiais em Bens Materiais | 367.128,00 |
| 2021 - Investimentos em Bens Materiais em Bens Materiais | 367.128,00 |
| 2021 - Investimentos em Bens Materiais em Bens Materiais | 367.128,00 |

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

As dez principais taxas (pela ordem de valor) as imobilizadas em serviço no exercício foram:

| DESCRIÇÃO | Valor em R\$ |
|---|--------------|
| CONDUTOR ALUMINADO COM ALUMINIO ACRILO (444) | 220.921,74 |
| TRANSFORMADOR 15000 KVA 220V/138KV 220V, 220KV/220V, 220KV/220V | 111.408,00 |
| POSTE 150KV 1 COMPLETO COM 220V/138KV (444) | 111.399,80 |
| TRANSFORMADOR 220KV 220KV/138KV 220KV/220V, 220KV/220V | 108.740,00 |
| CABEÇA DE TORÇÃO 220KV/138KV 220KV/220V, 220KV/220V, 220KV/220V | 96.880,00 |
| REGULADOR TENSÃO 220KV/138KV 220KV/220V, 220KV/220V | 86.681,00 |
| CONDUTOR ALUMINADO ISOLADO, NUP, 220KV/220V (444) | 75.968,00 |
| TRANSFORMADOR 220KV 220KV/138KV 220KV/220V, 220KV/220V | 75.607,00 |
| POSTE 220KV 220KV/138KV 220KV/220V, 220KV/220V | 75.570,00 |
| POSTE 150KV 1 COMPLETO COM 220V/138KV (444) | 69.000,00 |

66 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2011, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento das importações federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (já sujeitos à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

| Ativos Financeiros Setoriais – R\$ mil | Valor em 31/12/20 | Adição | Exercício - redução | Valor em 31/12/21 | Valor em Constituição | Circulante | Não Circulante |
|--|-------------------|--------|---------------------|-------------------|-----------------------|------------|----------------|
| Demais Ativos Financeiros Setoriais | 1.038 | 1.291 | (14.008) | 1.064 | 1.064 | 1.064 | |
| Majoração 2020 (2020 mil) | | | | | | | |
| Amortização do Período n | 1.038 | 1.291 | (14.008) | 1.064 | 1.064 | 1.064 | |
| Passivos Financeiros Setoriais – R\$ mil | Valor em 31/12/20 | Adição | Exercício - redução | Valor em 31/12/21 | Valor em Constituição | Circulante | Não Circulante |
| Demais Passivos Financeiros Setoriais | 1.115 | 1.817 | (914) | 178 | 178 | 178 | |
| Majoração 2020 (2020 mil) | | | | | | | |
| Amortização do Período n | 1.115 | 1.817 | (914) | 178 | 178 | 178 | |

67 – EMPENHOS E FINANCIAMENTOS

A CERSUL, nos anos de 2021 e 2020 não contratou nenhum empréstimo e financiamentos nos entidades financeiras creditadas.

68 – PROVISÃO PARA LÍQUIDO

Os dados referentes a provisão para líquido dividiram-se em R\$ 8 mil do exercício de 2020 para 2021.

| R\$ mil | Trabalhos | Outros | Total |
|---------------------|-----------|--------|-------|
| Valor em 31/12/2020 | | 8 | 8 |
| Constituição | | | |
| Reversão | | 8 | 8 |
| Extinção | | | |
| Valor em 31/12/2021 | | 8 | 8 |

69 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores de União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Fecidos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

| Obrigações Especiais - R\$ Mil | Descrição Tipo Obrigação Anual | Conto Módulo | Total |
|--|-----------------------------------|-----------------|--------------|
| Em serviço | | 2.114 | 2.114 |
| Participação de União, Estados e Municípios | | | |
| Participação Proprietária do Controlador | | 1.020 | 1.020 |
| Obrigações sobre a prestação de Serviços Locacionais | | 200 | 200 |
| Emprestimo à Terceira Empresa - (1) | | | |
| Total | | 2.114 | 2.114 |

| Obrigações Especiais - R\$ Mil | Valor Bruto em 31/12/2020 | Ajustes R\$ | Saldo em R\$ | Valor Bruto em 31/12/2021 | Ajustes Espeços R\$ (20/21) | Valor Espeços em R\$ (31/12/2021) | Valor Espeços em R\$ (31/12/2020) |
|--|------------------------------|----------------|-----------------|------------------------------|-----------------------------------|---|---|
| Em serviço | 2.114 | 000 | 2.114 | 2.114 | 000 | 2.114 | 2.114 |
| Participação Proprietária do Controlador | 2.114 | 000 | 2.114 | 2.020 | 000 | 2.020 | 2.114 |
| Obrigações sobre a prestação de Serviços | 000 | | 000 | 000 | | 000 | 000 |
| Total | 2.114 | 000 | 2.114 | 2.114 | 000 | 2.114 | 2.114 |
| Obrigações Especiais - R\$ Mil | Valor Bruto em 31/12/2020 | Ajustes R\$ | Saldo em R\$ | Valor Bruto em 31/12/2021 | Ajustes Espeços R\$ (20/21) | Valor Espeços em R\$ (31/12/2021) | Valor Espeços em R\$ (31/12/2020) |
| Em Curso | 00 | 000 | 000 | 00 | 2.000 | 00 | 00 |
| Participação Proprietária do Controlador | 0 | 000 | 000 | 00 | 00 | 00 | 0 |
| Valores Proprietários do Controlador | 00 | 00 | 000 | 00 | 000 | 00 | 00 |
| Valores Não Adquiridos | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Total | 00 | 000 | 000 | 00 | 2.000 | 00 | 00 |

10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: O valor do capital social de R\$ 170 mil perfaz-se integralmente a associados distribuídos no país, correspondente à participação de 10.000 (dezoito mil novecentos e trinta e quatro associados).

| | 2020 | 2021 |
|--|----------------|----------------|
| Capital Social | | |
| Capital subscrito | | 170 |
| [1 - 1] Capital a Subscrições | | 00 |
| Total do Grupo | 170 | 170 |
| Reservas de Capital | | |
| Reservas de subscritos | | 1.110 |
| Reservas de subscritos a receber | | (1) |
| Reservas Especiais | | 1.000 |
| Total do Grupo | 1.280 | 2.280 |
| Reservas Resultantes de Operações | | |
| Reserva de reserva de capital compatíveis | | 0.000 |
| Reserva de reserva de capital compatíveis | | (1.000) |
| Total do Grupo | 0.000 | 0.000 |
| Reservas de Lucros | | |
| Reserva Real | | 0.110 |
| Reserva de Reserva (Reserva de Lucros) | | 1.000 |
| Reserva de Reserva de Avaliação e Reserva | | 0.000 |
| Reserva de Reserva de Reserva | | 0.000 |
| [1 - 1 - 1] Reserva de Reserva Reg. a Res. | | (010) |
| Total do Grupo | 00.000 | 00.000 |
| Reservas (prejuízos) acumuladas | | |
| Reserva de Reserva Especiais | | |
| Reserva (prejuízos) acumuladas | | 0.000 |
| Total do Grupo | 0.000 | 0.000 |
| Total patrimônio líquido | 170.000 | 170.000 |

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias das Operações Fintas em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

11 – RECEITA BRUTA / RESSONSOS

| | Nº de Contabilizações | | R\$ MIL | | R\$ MIL | |
|---|-----------------------|---------------|----------------|----------------|---------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Receita Bruta | | | | | | |
| Fornecedores - Faturado | 18.587 | 18.481 | 182.119 | 187.388 | 75.384 | 58.429 |
| Residencial | 8.529 | 8.423 | 25.654 | 23.822 | 17.844 | 19.264 |
| Industrial | 917 | 429 | 86.157 | 83.823 | 24.179 | 26.082 |
| Comercial | 1.080 | 1.629 | 23.090 | 21.888 | 8.887 | 6.594 |
| Foral | 6.251 | 6.422 | 29.144 | 33.253 | 15.854 | 17.854 |
| Foral público | 250 | 251 | 1.287 | 1.238 | 1.084 | 761 |
| Contribuição pública | 21 | 81 | 5.879 | 6.522 | 2.271 | 3.087 |
| Serviço público | 21 | 30 | 688 | 716 | 881 | 289 |
| Uso da Rede Sistema de Distribuição Faturado | 18.587 | 18.481 | 182.119 | 187.388 | 75.384 | 58.429 |
| Contribuições Cativeis | 18.587 | 18.481 | 182.119 | 187.388 | 75.384 | 58.429 |
| Contribuições Livres | | | | | | |
| Regulatória | 0 | 00 | 189 | 176 | 28.813 | 14.129 |
| Condição e Anotação - TDR Nova e Pagos a IP | | | | | 1.782 | 189 |
| Fornecedores - Não Faturado | | | | | 611 | (804) |
| Consumo Próprio | 0 | 00 | 189 | 176 | 118 | 128 |
| Serviços Contábeis | | | | | 58 | 79 |
| Subvenções vinculadas ao tempo cronológico | | | | | 26.754 | 14.129 |
| Total | 18.587 | 18.481 | 182.119 | 187.388 | 95.075 | 72.498 |

12 – PESSOAL E ADMINISTRADORES

As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2021 importou em R\$ 8.250 e no exercício anterior de R\$ 8.176, ocasionada um aumento de 0,91% em relação ao exercício anterior. Nas despesas com os administradores houve um aumento de 20,88% em relação ao exercício anterior.

| Pessoal e Administradores | 2021 | 2020 |
|--|--------------|--------------|
| Pessoal | 8.099 | 8.176 |
| Remuneração | 5.728 | 5.714 |
| Encargos | 2.328 | 2.462 |
| Despesas recorrentes | 187 | 188 |
| Outras beneficias - Contas | 697 | 678 |
| Outras | 64 | 11 |
| Administradores | 447 | 698 |
| Honorários e encargos (Diretoria e Conselho) | 223 | 698 |
| Total | 8.250 | 8.176 |

13 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO RESTRITO POR ATIVIDADE

A concessionária não atua nos negócios de geração e transmissão, e o regime de comercialização dentro da distribuição, foi adotado na última modificação do manual de contabilidade do setor elétrico (MCE).

14 – REVISÃO E RESULTADO TARIÁRIO

A Cersul, instalada na cidade de Tave - SC, atende atualmente cerca de 18 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia elétrica representa uma receita anual de aproximadamente 54 milhões de reais.

Em 28 de novembro de 2020, foi firmado o Contrato de Permissão nº 20/2020 entre a União e a Cersul por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação de exploração, pela concessionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O Contrato de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Finitos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em milhares de reais)

Permissão prevê a periodicidade anual de reajuste de tarifas de energia elétrica de permissionária mediante aplicação de fórmula específica

A Resolução Normativa 704, de 22 de março de 2020, aprovou a Submódulo 8.4 e a revisão da Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do PRODET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderão optar por ajustar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definir a Parcela B segundo a metodologia do PRODET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRODET 8.1. A Cersul optou por aplicar termo aditivo contratual.

Em 17 de novembro de 2016, foi publicada a Lei nº 13.963, que criou a subvenção para compensar impacto tarifário da redução decorrente da carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural permissionárias e concessionárias de distribuição de energia, cabendo à Aneel definir a forma de cálculo em valores.

Para o cálculo tarifário, a receita anual da permissionária é dividida em duas parcelas: a "Parcela A" formada pelos custos relacionados às atividades de geração e transmissão de energia, além dos encargos setoriais, e a "Parcela B", formada por custos diretamente gerenciáveis pela permissionária, próprios à atividade de distribuição.

As tarifas de aplicação da Cersul, constantes da Resolução Homologatória nº 1.764, de 6 de outubro de 2020, ficam, em média, reajustadas em 3,02% (três vírgula zero dois por cento), correspondendo a efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuarios/agentes ligados de distribuição.

As tarifas de aplicação constantes da Tabela 1, Grupo A, e da Tabela 2, Grupo B, da Aneel, da Resolução Homologatória 1.863 de 26 de setembro de 2021, estarão em vigor no período de 30 de setembro de 2021 a 29 de setembro de 2022.

A Tabela a seguir mostra um resumo do cálculo tarifário periódico de setembro de 2021 até agosto de 2022.

| Componentes | 2021 (R\$) | 2020 (R\$) | Variação | Participação no aumento tarifário | Participação no custo |
|--|---------------|---------------|----------|-----------------------------------|-----------------------|
| REVENHOS DE VENDAS | 6.776.303,00 | 6.566.803,00 | 6,8% | 0,0% | 12,8% |
| Taxa de Reg. de Transmissão (R.T. Trans) | 106.000,00 | 102.000,00 | 3,9% | 0,0% | 0,0% |
| Custos Operacionais (Emprego + ITR) | 1.347.347,44 | 1.360.000,00 | -0,9% | 0,0% | 19,3% |
| Impostos | 1.180.247,37 | 1.084.000,00 | 9,8% | 0,0% | 1,0% |
| Despesas Financeiras | 1.266.170,00 | 820.100,00 | 54,6% | 0,0% | 17,8% |
| Aluguel | 87.249.170,00 | 20.012.170,00 | 331,0% | 0,0% | 17,0% |
| Transporte de Energia | 10.772.000,00 | 10.720.000,00 | 0,5% | 1,0% | 10,1% |
| Outros serviços de energia | 10.772.000,00 | 10.720.000,00 | 0,5% | 1,0% | 10,1% |
| Taxa de Parcela A | 11.540.540,71 | 11.540.540,71 | 0,0% | 0,0% | 14,0% |
| Taxa de Parcela B | 6.741.364,75 | 6.433.771,00 | 4,8% | 0,0% | 10,0% |
| Resultado operacional | | | | 12,8% | |
| Resultado operacional antes de ITR | | | | 12,8% | |
| Resultado de ITR (20% ITR) | | 1.042.000,00 | | 0,0% | |
| Resultado Grupo Setorial | | 103.000,00 | | 0,0% | |
| Resultado ITR | | 10.000.000,00 | | 0,0% | |
| Resultado Pré-Imposto | | 21.000.000,00 | | 0,0% | |
| Imposto de Renda | | 14.000.000,00 | | 0,0% | |
| Resultado antes de Imposto de Renda | | 7.000.000,00 | | 0,0% | |
| Resultado antes de Imposto de Renda e Imposto de Renda | | 7.000.000,00 | | 0,0% | |
| Resultado antes de Imposto de Renda e Imposto de Renda | | 7.000.000,00 | | 0,0% | |

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Fecidos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Os custos da Parcela A representam 54,03% do resulta económico da Permissória. O aumento dos custos relativo a esta parcela representa 12,14% da variação económica financeira da Celsul, cuja variação total foi de 14,38%, com destaque para:

- a) **Energia Solar:** O valor total dos encargos solares corresponde ao efeito de 0,06% no presente regime tarifário. Destaca-se, principalmente, os aumentos do orçamento de CDE (USD), efeito de 0,06%, decorrente do cálculo dos custos anuais de CDE para o ano de 2021.
- b) **Custos de Transmissão:** O valor dos custos com o uso do sistema de distribuição equivale a um impacto tarifário de 1,23%. Tal efeito deriva das novas tarifas de uso do sistema de distribuição, resultante do processo tarifário de suplicação Celsul.
- c) **Custo de Energia:** O valor dos custos de compra de energia contribuiu com acréscimo de 4,39% na tarifa vigente, esse impacto é, também, reflexo da nova tarifa de experimento do Celsul para a Celsul, cuja as tarifas variaram em média 14,52%.

Com relação à Parcela B, sua participação no resulta tarifário é de 45,55% da fatura, resultando num efeito de 1,30% na variação económica-financiera da tarifa vigente.

No resultado da variação económica, de 12,14%, foram adicionados os componentes financeiros devidos no total de 25,51%, que somado a retirada dos financeiros do processo anterior conjugado com a redução dos descontos para os consumidores rurais (21,81%), resultou no efeito médio final para o consumidor em 9,32%.

Resultados Tarifários

Quanto à subvenção de CDE para descontos tarifários, valor mensal de recursos de CDE a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCIE à Celsul, em relação às competências entre setembro de 2021 e agosto de 2022, é de R\$ 116.005,69. Esse valor já inclui o ajuste de diferença entre os valores previstos e os resultados entre setembro de 2020 e agosto de 2021. A Tabela a seguir mostra o cálculo.

| Item de Subvenção | Diferença setembro 2021 - agosto | Previsão 2021/2022 | Resultado 2021/2022 - Diferença |
|----------------------------------|----------------------------------|--------------------|---------------------------------|
| Subvenção Distribuição | 18.394,26 | - | 18.394,26 |
| Subvenção Água, Gás e Saneamento | (917,28) | 1.380,91 | 463,63 |
| Subvenção Rural | 22.157,50 | 120.398,62 | 120.398,62 |
| Subvenção Organização | (196,42) | 25.200,54 | 25.200,54 |
| TOTAL | 33.437,06 | 146.979,07 | 176.806,89 |

Partes Específicas

De modo a amenizar o impacto para os cooperados de aumento de tarifas acima de 10% neste momento de pandemia de Covid, grave crise econômica e sucessivos meses de colheita de bandeira tarifária vermelha, a CERSUL planejou o diferimento do Componente Financeiro – ressarcimento de PIS/COFINS de 2020 e 2021 em sua atividade.

Parte atendida: A SGT reconheceu a formação de um ativo regulatório decorrente do diferimento do componente financeiro associado aos custos de energia, no valor de R\$ 2.802.146,13 (dois milhões, oitocentos e dois mil, cento e quarenta e seis reais e três centavos), a partir de setembro de 2021, o qual deverá ser atualizado pelo IPCA e incorporado ao processo tarifário subsequente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Finais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

25 – CONCILIAÇÃO BALANÇO REGULATÓRIO SOCIÁRIO

Para fins estatutários, a Concessionária segue a regulamentação societária para a contabilidade e elaboração das Demonstrações Contábeis Sociárias, sendo que para fins regulatórios, a Concessionária segue a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas regulatórias com as informações apresentadas segundo as práticas societárias.

| Descrição | Moeda de Apoio | 2021 | | 2020 | |
|-------------------------------------|----------------|----------|-------------|----------|-------------|
| | | Sociária | Regulatória | Sociária | Regulatória |
| Ativo | | | | | |
| Ativo circulante | | 29.924 | -- | 29.924 | 27.064 |
| Cassa e equivalentes de caixa | | 6.972 | -- | 6.972 | 6.968 |
| Contas a receber | | 10.573 | -- | 10.573 | 8.137 |
| Títulos em curso | | 497 | -- | 497 | 497 |
| Títulos a receber | | 429 | -- | 429 | 429 |
| Ativos financeiros | | 1.093 | -- | 1.093 | 1.093 |
| Ativos regulatórios | | 1.494 | -- | 1.494 | 1.178 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 138 | -- | 138 | 103 |
| Outros ativos circulantes | | 1.081 | -- | 1.081 | 1.445 |
| Ativo não circulante | | 98.056 | (28) | 98.028 | 98.073 |
| Títulos a receber | | 174 | -- | 174 | 174 |
| Despesas e obrigações a longo prazo | | 1 | -- | 1 | 1 |
| Outros ativos não circulantes | US\$ | 97.881 | (28.000) | 97.881 | (28.011) |
| Reserva estatutária não circulante | | 100 | -- | 100 | 100 |
| Impostos | US\$ | 60 | 91.000 | 91.000 | 60 |
| Impostos | US\$ | 66.757 | (66.600) | 66 | (66.181) |
| Ativo | | 127.980 | (28) | 127.952 | 125.137 |
| Passivo | | | | | |
| Passivo circulante | | 11.437 | -- | 11.437 | 8.787 |
| Provisionamentos | | 1.409 | -- | 1.409 | 436 |
| Títulos a receber a pagar | | 100 | -- | 100 | 1.000 |
| Impostos, taxas e contribuições | | 1.000 | -- | 1.000 | 1.351 |
| Títulos a receber a pagar | | -- | -- | -- | -- |
| Impostos a pagar | | 1.409 | -- | 1.409 | 1.190 |
| Passivos regulatórios | | 18 | -- | 18 | 1.013 |
| Outros passivos circulantes | | 1.602 | -- | 1.602 | 790 |
| Passivo não circulante | | 1.337 | -- | 1.337 | 1.478 |
| Provisionamentos a longo prazo | | 18 | -- | 18 | 43 |
| Outros passivos não circulantes | | 1 | -- | 1 | 1 |
| Obrigações estatutárias societárias | | 1.300 | -- | 1.300 | 1.434 |
| Passivos próprios | | 102.806 | (28) | 102.847 | 97,799 |
| Capital Reservas | | 181 | -- | 181 | 176 |
| Reservas de capital | | 1.713 | -- | 1,713 | 1,713 |
| Avaliação Regulatória Comparativa | | 8.000 | -- | 8,000 | 7,400 |
| Aporte de Avaliação Patrimonial | US\$ | 28 | (28) | 28 | (28) |
| Reserva de Reserva Legal | | 10.488 | -- | 10,488 | 8,108 |
| RENT | | 3.000 | -- | 3,000 | 3,000 |
| Reserva de Amortização | | 98.008 | -- | 97,008 | 77,117 |
| Reserva de sobreplus | US\$ | -- | -- | -- | -- |
| Reserva de Impartição de Benefícios | | 4.998 | -- | 4,998 | 4,800 |
| Passivo | | 127.784 | (28) | 127.756 | 127,488 |

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Finais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em milhares de reais)

| Descrição | Tipo de ajuste | 2021 | | | 2020 | | |
|---|----------------|-----------------|------------|-----------------|-----------------|------------|-----------------|
| | | Receitas | Ativos CPC | Regulatório | Receitas | Ativos CPC | Regulatório |
| Receitas / Ingressos | | 66.076 | 0 | 66.076 | 72.000 | 0 | 72.000 |
| Arrecadação de energia elétrica | | 60.000 | 0 | 60.000 | 70.000 | 0 | 70.000 |
| Disponibilização do sistema de energia a dist. | | 10.000 | 0 | 10.000 | 1.000 | 0 | 1.000 |
| Aluguel e Passagem Regulares | 10.0 | 1.000 | 0 | 1.000 | 0 | 0 | 0 |
| Serviços relacionados | | 50 | 0 | 50 | 20 | 0 | 20 |
| Reservas, Contratos e Admissões | | 66.700 | 0 | 66.700 | 69.000 | 0 | 69.000 |
| Outros Ingressos | 10.0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Tributos | | (26.764) | 0 | (26.764) | (23.897) | 0 | (23.897) |
| IRPJ | | (16.677) | 0 | (16.677) | (12.897) | 0 | (12.897) |
| IRPJ S/OPF | | (10) | 0 | (10) | 0 | 0 | 0 |
| COTM | | (50) | 0 | (50) | (10) | 0 | (10) |
| Outros | | (927) | 0 | (927) | (990) | 0 | (990) |
| Despesas - Passivo "B" | | (27.661) | 0 | (27.661) | (27.772) | 0 | (27.772) |
| Conta de Depreciação e Amortização - DPA | | (7.557) | 0 | (7.557) | (8.000) | 0 | (8.000) |
| Taxas de Lic. de Serviço de En. Elétrica - TSEL | | (200) | 0 | (200) | (200) | 0 | (200) |
| Outros Despesas | | (20.000) | 0 | (20.000) | (19.500) | 0 | (19.500) |
| Receitas Líquidas / Ingressos Líquidos | | 39.312 | 0 | 39.312 | 48.103 | 0 | 48.103 |
| Contas a Receber - Passivo "B" | | (27.709) | 0 | (27.709) | (27.876) | 0 | (27.876) |
| Tempo médio decorrido para vendas | | (27.709) | 0 | (27.709) | (27.876) | 0 | (27.876) |
| Resultados antes dos outros passivos | | (7.397) | 0 | (7.397) | (9.773) | 0 | (9.773) |
| Contas a Receber - Passivo "B" | | (20.000) | 0 | (20.000) | (20.000) | 0 | (20.000) |
| Personal e administrativos | | (5.000) | 0 | (5.000) | (5.000) | 0 | (5.000) |
| Materiais | | (2.000) | 0 | (2.000) | (2.000) | 0 | (2.000) |
| Serviços de terceiros | | (500) | 0 | (500) | (500) | 0 | (500) |
| Arrendamentos - aluguel | | (500) | 0 | (500) | (500) | 0 | (500) |
| Impostos | | (50) | 0 | (50) | (50) | 0 | (50) |
| Resúmenes | | (100) | 0 | (100) | (100) | 0 | (100) |
| Utilização de Depreciação | | (50) | 0 | (50) | (50) | 0 | (50) |
| Tributos | | (500) | 0 | (500) | (500) | 0 | (500) |
| Depreciação amortização | 10.0 | (2.000) | 0 | (2.000) | (2.000) | 0 | (2.000) |
| Outros despesas | | (200) | 0 | (200) | (200) | 0 | (200) |
| Outros receitas operacionais | 10.0 | 1.000 | 0 | 1.000 | 1.000 | 0 | 1.000 |
| Outros despesas operacionais | 10.0 | (2.000) | 0 | (2.000) | (2.000) | 0 | (2.000) |
| Resultado de Operações | | 9.915 | 0 | 9.915 | 8.333 | 0 | 8.333 |
| Resultado Financeiro | | (1.112) | 0 | (1.112) | 800 | 0 | 800 |
| Despesas Financeiras | | (800) | 0 | (800) | (800) | 0 | (800) |
| Receitas Financeiras | | 1.100 | 0 | 1.100 | 1.000 | 0 | 1.000 |
| Resultado antes dos impostos sobre o lucro | | 8.803 | 0 | 8.803 | 9.133 | 0 | 9.133 |
| IRPJ/CSO | | (800) | 0 | (800) | (800) | 0 | (800) |
| Resultado líquido de operações | | 8.003 | 0 | 8.003 | 8.333 | 0 | 8.333 |

A seguir são detalhadas a natureza e avaliações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

[15.1] Ativo Financeiro em Perpetuo (NAUTAM):

Refere-se à parcela estorvida dos investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas (CPC 0) (R1) – Conselho de Contas e da Orientação Técnica (CPC 00 – Contrato de concessão).

Esta parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é recuperada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferença entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo aplicado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. No data do resumo contábil de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias das Empresas Fideis em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais)

Permissória, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

[14.2] Intangíveis

Com base na aplicação das interpretações Técnicas CPC 01 (R1) – Contrato de concessão e de Orientação Técnica OCPC 03 – Contrato de concessão, o Ativo Intangível está demonstrado no balanço patrimonial expandido pelos seguintes itens:

| Descrição dos ativos intangíveis | 2023 | 2022 |
|--|---------------|---------------|
| Ativo Intangível Indefinível (Nota 25.1) | 30.400 | 30.400 |
| Intangível amovível | 60 | 60 |
| Intangível - Uso de Vida Útil Estabelecido (Nota 15.3) | 46.700 | 46.627 |
| Total Intangíveis | 77.160 | 77.087 |
| (+) Ativos Intang. 01, 02 e 03 Avaliação Regulatória Societária | 120 | 120 |
| (-) Intangíveis e Intangível Regulatório | 77.040 | 77.007 |

A agência reguladora (ANRE) é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para aprovação do valor de substituição dos bens investidos no momento do prazo de concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de validade da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de validade da concessão está vinculado ao Conselho do Serviço Público (Ativo Financeiro).

[15.3] Intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, controlada ou adquirida pelo operador ou fornecedor para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão de serviço público de energia elétrica (tarifa de valor dos usuários do serviço público que ela presta), em consonância com as disposições das Deliberações CNE nº 383, de 11 de novembro de 2008, R77, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2023, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os CPC 02 (R1) – Contrato de Concessão e CPC 17 – Contrato de Concessão Interação e o OCPC 03 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido de amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação de base de remuneração utilizada para efeitos de amortização cobrada via tarifa, já que, no regime contábil e a base de cálculo de amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

[15.4] Depreciação e Amortização

Os ajustes são resultantes da aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindo do laudo de avaliação do ITC que não é aceita na contabilidade societária.

[15.5] OUTRAS RECEITAS E GASTOS

Referencia-se a receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (iii) a concessionária terciária a construção de infraestrutura com perdas não relacionada. Mensalmente, a totalidade das ações efetuadas no ativo integral em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

A RFP 21 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a taxa de serviços que presta de acordo com as Normas Técnicas OPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e OPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

[15.6] RESULTADO COM ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os ativos contábeis e financeiros produzidos pelos métodos e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2020.

Em 20 de novembro de 2018 a ANEEL decidiu editar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Tarifa A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o procedimento final de Reajuste Tarifário-RT. A Nota Técnica nº 280/2018 (PFC/CT/388/ANEEL) detalha a análise para renovar, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal disposição.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o adiantamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que altera, a partir da adoção (assinatura) das Concessionárias e Permissonárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à possibilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo decorrente da origem das diferenças tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impositivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e ajustes aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, deverão ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Cersul assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2018, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios a partir deste período, gerando tais ajustes de resultado do exercício de 2018.

[15.7] AVALIO DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (SOCIETÁRIO)

Com a adoção inicial das novas normas contábeis, a permissionária realizou no período de 2018 avaliação patrimonial nos grupos classificados como terrenos, melhorias e veículos. Conforme Ofício de Encerramento de Janeiro de 2018, o respectivo valor da avaliação inicial societária foi estornado do balanço regulatório.

[15.8] AVALIO DE RESERVAS DE SOBRA

Referencia-se diferença entre o resultado da realização entre a Avaliação Contábil Regulatória e a Avaliação Patrimonial. A diferença de R\$ 34 mil reais foi apurada em 2010 quanto da realização da depreciação de mais valor societária neste mesmo valor.

II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram exames foram processados pelo método de amostragem, na extensão e profundidade julgados necessário na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigente.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes de amostragem, não descartamos a hipótese de existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**. A utilização para outros fins que não o acima, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,

HERMENEGILDO JOÃO VANONI
29601045953
CNPJ nº 08.815.229-77

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável - Contador - CRC-SC 24.874/O-7

ABULCONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012


Juliana Welter da Costa
Contador - CRC-SC nº 08.815/O-3
CPF nº 036.815.229-77


Jussara Zanetti
Parceira
CPF nº 028.875.229-18

5.6 – Relatório Auditor Independente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As:

Ers. Associações e Administradores da
CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Tema – SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRL da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCEE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, em 31 de dezembro de 2021, a desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pela Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de Elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Destacamos a atenção para a nota explicativa 03 de demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para invocar a competência e cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis visando para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os gestores e administradores da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, com data de 04 de fevereiro de 2022.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCEE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelas demais normas que a administração determinou como necessárias para permitir a

elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela presença de **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectar os eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos atitude profissional ao longo da auditoria. Não fazemos:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, contê-lo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Não José (SC), 05 de abril de 2022.

HERMENEGILDO JOÃO Responsável pela Auditoria
Institucional para fins regulatórios
CPF: 29601045953 CPF: 02.024.075/201-0007

Hermenegildo João Vanni
Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/D-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

Participações

Direção Geral e Produção

Setor Contábil

Colaboração

Setor Técnico

Setor de Recursos Humanos

Setor TI

Setor Comercial

Setor Financeiro

Auditoria

Audiconsult Auditores S/S

Roteiro Editorial e Conteúdo

Lei n° 5.764/1971

Resolução CFC n° 1.255/09

Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01

Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis – CPC

Despacho n° 4.356 de 22/11/2017 SFF/ANEEL

Estatuto Social da Cersul Cooperativa de Distribuição de Energia

Agradecimentos

Conselho Administração

Conselho Fiscal